



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

ATA CONSUN - NÚMERO 02/2024

Aos **onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro**, com início às quatorze horas, no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – Campus Capão do Leão, realizou-se sessão extraordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pela **Reitora Isabela Fernandes Andrade**, com a participação dos seguintes conselheiros: **Ursula Rosa da Silva**, Vice-Reitora; **Carlos Walter Soares**, Diretor do Centro de Artes; **Wilson João Cunico Filho**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Isabel Cristina Rosa Barros Rasia**, Diretora do Centro de Ciências Socio-Organizacionais; **Marilton Sanchotene de Aguiar**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Bruno Müller Vieira**, Diretor do Centro das Engenharias; **Javier Eduardo Luzardo**, Diretor do Centro de Integração do Mercosul; **Paulo Ricardo Silveira Borges**, Diretor Adjunto do Centro de Letras e Comunicação; **Gabriel Bergmann**, Diretor da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia; **Dirceu Agostineto**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Eduardo Grala da Cunha**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Anelize Maximila Corrêa**, Vice-Diretora da Faculdade de Direito; **Álvaro Luiz Moreira Hypólito**, Diretor da Faculdade de Educação; **Milena Hohmann Antonacci**, Vice-Diretora da Faculdade de Enfermagem; **Julieta Maria Carriconde Fripp**, Diretora da Faculdade de Medicina; **Marcelo Felix Alonso**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Ludmila Correa Muniz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Fábio Garcia de Lima**, Diretor da Faculdade de Odontologia; **Cristiano da Silva Rosa**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Luiz Fernando Minello**, Diretor do Instituto de Biologia; **Sebastião Peres**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Elaine da Silveira Leite**, Diretora do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Fernando Jaques Ruiz Simões Junior**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Fábio Vergara Cerqueira**, representante dos Professores da Classe E -Titulares; **Lauer Alves Nunes dos Santos**, representante dos Professores da Classe E -Titulares; **Zayanna Christine Lopes Lindoso**, representante dos Professores da Classe D - Associados; **Alexandre Fernandes Gastal**, suplente do representante dos Professores da Classe D - Associados; **Luciana Marini Kopp**, representante dos Professores da Classe C - Adjuntos; **Eduardo Merino**, representante dos Professores da Classe C - Adjuntos; **André Machado Patella**, representante dos Professores da Classe B - Assistentes; **Daniel Bruno Momoli**, representante dos Professores da Classe A; **Débora de Souza Simões**, representante dos Professores da Classe A; **Gabrielito Rauter Menezes**, representante do COCEPE; **Bruno Rotta Almeida**, representante do COCEPE; **Ana Carolina Issler Ferreira Kessler**, representante Comunitária; **Ubirajara Terra**, suplente de representante Comunitário; **Moacir Cardoso Elias**, representante dos Docentes Aposentados; **Arlete de Araújo de Albuquerque**, representante dos Servidores Técnico-Administrativos Aposentados; **Mylena Rocha de Farias**, suplente de representante discente; **Mabelly Vargas Pacifico**, representante discente; **Gilson Moura Henrique Junior**, representante discente; **Hellena Storch Vieira**, suplente de representante discente; **Hugo Carlos Bolzon Gonzalez**,

representante discente; **Alyson Quevedo Novo Teixeira**, representante discente; **Paulo Guilherme Caufumann Rovel**, representante discente; **Joanna Darc Correa Marcello**, suplente de representante dos Servidores Técnico-Administrativos; **Daniel de Alvarenga Barbare**, representante dos Servidores Técnico-Administrativos; **Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha**, representante dos Servidores Técnico-Administrativos; **Mateus Ávila Tavares**, suplente de representante dos Servidores Técnico-Administrativos; **Mara Beatriz Nunes Gomes**, suplente de representante dos Servidores Técnico-Administrativos; **Sérgio Eloir Teixeira Wotter**, representante dos Servidores Técnico-Administrativos; **Liliane Griep**, suplente de representante dos Servidores Técnico-Administrativos; **Francine Novack Victoria**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências da Vida); **Maria Aurora Dropa Chrestani Cesar**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências da Vida); **Ádamo de Sousa Araújo**, suplente de representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências Exatas); **Claudio Baptista Carle**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências Humanas); **Daniel Lena Marchiori Neto**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências Humanas); **Daniela Buske**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **José Rafael Bordin**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Roselia Maria Spanevello**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação. Não compareceram os conselheiros: **Sem representação**, representante dos Professores da Classe B - Assistentes; **Camile Urban**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Área de Ciências Exatas), que justificou sua ausência por estar em licença para tratamento de saúde. A reunião ainda contou com a presença dos seguintes Pró-Reitores: Ricardo Hartlebem Peter, Pró-Reitor Administrativo; Rosane Maria dos Santos Brandão, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; Tais Ullrich Fonseca, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas; Maria de Fatima Cossio, Pró-Reitora de Ensino; Marcos Brito Correa, Pró-Reitor Substituto de Pesquisa e Pós-Graduação e Paulo Roberto Ferreira Junior, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento. Estavam presentes também como candidatos: Aline Ribeiro Paliga, Eraldo dos Santos Pinheiro, Fábio Garcia Lima, Fábio Vergara Cerqueira, Julieta Maria Carriconde Fripp, Tamara Leitzke Caldeira Beskow, Uemerson Silva da Cunha e Ursula Rosa da Silva. Além dos nomes citados estavam presentes também na reunião servidores da Assessoria do Gabinete da Reitoria, da Copa, da Secretaria dos Conselhos Superiores, do Setor de Comunicação Social, Tradutores Intérpretes de Libras e o representante da Procuradoria Federal junto à UFPel, Senhor Carlos Antonio Bosenbecker Junior. Constatada a presença de quórum a senhora presidente iniciou a reunião às quatorze horas e dezesseis minutos, cumprimentando a todos os conselheiros, pró-reitores e convidados para aquela reunião. De imediato desejou boas vindas e saudou os novos conselheiros do Conselho Universitário, realizando a leitura dos nomes conforme segue: Coordenadores(as) de Cursos de Graduação - Área de Ciências da Vida: Titular Francine Novack Victoria e Suplente Mateus Bertolini Fernandes dos Santos; Coordenadores(as) de Cursos de Graduação - Área de Ciências da Exatas: Titular Luciana Chimendes Cabrera e Suplente Ádamo de Sousa Araújo; Professores(as) da Classe C - Adjunto: Titular Luciana Marini Kopp e Suplente Pedro Mascarenhas de Souza Pinheiro; Coordenador de Colegiados de Cursos de Pós-Graduação: Titular Daniela Buske e Suplente Diuliana Leandro; Professor Classe A: Titular Daniel Bruno Momoli e Suplente Thaíse Mendes Farias; Professor Classe D - Associado: Titular Eleonora Campos da Motta Santos e Suplente Alexandre Fernandes Gastal; Representantes Técnico-administrativos: Titular Carla Rosane Carret Machado e Joanna Darc Correa Marcello; Titular Daniel de Alvarenga Barbare e Barto Olivan Rosa de Farias; Titular Heloisa Helena Campelo Rodrigues da

Rocha e Suplente Rafael de Oliveira Arrieira; Titular Joice Pereira da Silva e Suplente Mateus Ávila Tavares; Titular Márcia Kaster Portelinha e Suplente Mara Beatriz Nunes Gomes; Titular Sérgio Eloir Teixeira Wotter e Suplente Andréa Cristine Antunes Loureiro; Titular Solange Machado Tonietto e Suplente Liliane Griep. De imediato a Senhora presidente disse que faria uma fala de um assunto que ainda não havia comentado no Conselho Superior mas que achava que, naquele momento, cabia trazer o tema, que seria da sua nomeação, em relação à eleição anterior para reitoria da Universidade. A senhora presidente disse que sempre havia omitido o assunto para não expor muitas coisas que haviam acontecido com ela mas que havia entendido que aquele era o momento oportuno para compartilhar com os(as) conselheiros(as) e com a comunidade que os assistiam, o e-mail que havia recebido em doze de janeiro de dois mil e vinte e um, do Ministério da Educação, do Gabinete do Ministro da Educação, no qual havia sido convocada para um reunião que teria a participação do Ministro da Educação Milton Ribeiro e de outros membros do Ministério da Educação, sendo que aquela reunião teria sido agendada para o dia vinte de janeiro de dois mil e um, as quinze horas, no Gabinete do Ministro da Educação. A Senhora presidente disse que participariam da reunião o Ministro da Educação, seus assessores especiais: Odimar Barreto dos Santos, Albério Lima e Juliana Gonçalves Melo, o secretário executivo Victor Godoy Veiga, pela SESU o secretário Wagner Vilas Boas de Sousa e ela pela Universidade Federal de Pelotas, como reitora que havia sido recentemente nomeada. A Senhora presidente falou que havia recebido na sequência um novo e-mail, com o ingresso do nome do agente político Bibó Nunes, deputado federal do PSL no Rio Grande do Sul, que participaria também daquela reunião. A Senhora presidente disse que haviam alterado o horário da reunião e que os demais itens permaneceriam inalterados. Relatou que, assim que havia recebido aquele e-mail, ela havia ficado muito constrangida pela situação que estava sendo imposta, de ter uma pessoa que ela não tinha nenhum contato e que participaria da reunião de sua nomeação. A Senhora presidente fez a leitura da resposta para aquele e-mail, conforme segue: *"Senhor Ministro, acuso o recebimento de sua mensagem acerca da audiência marcada para a próxima quarta-feira, dia 20, às 14h30min, e confirmo presença. Nos termos da mensagem enviada na última terça-feira, reitero que estarei acompanhada da Professora Aline Ribeiro Paliga e do Professor Marco Aurélio Romeu Fernandes, que atuarão na futura gestão da UFPel, respectivamente, como Chefe de Gabinete da Reitoria e Assessor da Reitora. Aproveito a oportunidade para indagar sobre o tema efetivo do encontro e o motivo pelo qual foi adicionada a presença do Deputado Federal Bibó Nunes, tendo em vista que soube recentemente que o referido Deputado está representando contra mim. Pauto minha conduta de forma respeitosa e com urbanidade e, por consequência, da mesma forma espero ser tratada em todos os espaços e momentos de minha vida pessoal e profissional."* A Senhora presidente falou que trazia aquela troca de mensagens para compartilhar o que ela havia passado desde o começo da gestão e que, para ela, havia sido muito difícil, mas que havia sido a sua escolha, por um processo democrático que havia se dado no contexto da Universidade de que o grupo que havia sido eleito deveria assumir a gestão da instituição naquele momento e colocar em prática o programa de gestão, e foi aquilo que haviam feito. Falou que havia tomado posse em Brasília e que na primeira fila estava sentado o Deputado Federal Bibó Nunes, que esteve presente na sua posse e havia ido ao Gabinete do Ministro, e que aquela situação havia sido muito difícil e constrangedora, mas que eles haviam enfrentado pela Universidade, com muitas lágrimas. Falou que a pauta que teriam naquele dia seria uma pauta muito delicada mas que esperava que os conselheiros tivessem tranquilidade e serenidade para apreciar o tema, considerando todos aqueles momentos difíceis que a Universidade havia passado. Disse que havia trazido aquela memória e esperava que tratassem o tema da

reunião com muito respeito e comprometimento. A Senhora presidente ainda mostrou duas mensagens que havia recebido no dia seis de janeiro de dois mil e vinte e um, após a publicação da sua nomeação. Relatou que uma das mensagens era de um professor, ex membro do conselho superior, a chamando de bolsonarista da chapa diversa, recebendo um ataque direto e gratuito. Falou que havia recebido muitas mensagens de apoio, externas à Universidade e destacou uma delas, dizendo que havia recebido mais acolhimento de fora da instituição. A Senhora presidente disse que precisavam se tratar com urbanidade pois era aquilo que esperavam de uma instituição de ensino e que pudessem ter respeito uns pelos outros, em todos os dias. A seguir, passou à ordem do dia, a Convocação 02/2024, apresentando **o Item 1. ELEIÇÕES PARA COMPOR LISTAS TRÍPLICES PARA NOMEAÇÃO DE REITOR(A) E VICE-REITOR(A) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL - GESTÃO 2025/2028 - EDITAL/ SCS N.º 01/2024 - PROCESSO Nº 23110.029999/2024-11.** A senhora presidente falou que aquele era o único ponto de pauta, exclusivo, para ser tratado naquela reunião. Disse que, conforme o artigo 17 do Estatuto da UFPel, seria atribuição do Conselho Universitário: organizar, na forma da Lei, sob a presidência do Reitor, em votação uninominal e secreta, em escrutínio único, as listas para a nomeação do Reitor e Vice-Reitor pelo Presidente da República. Falou que, conforme o Diário Oficial da União, publicado em 6 de janeiro de 2021, que tangia quanto a sua nomeação quanto reitora da Universidade, o mandato sobre o qual ela estava exercendo teria sua validade a partir do dia 8 de janeiro de 2021. A Senhora presidente fez a leitura do trecho da publicação do Diário Oficial conforme segue: *"...a partir de 8 de janeiro de 2021, Isabela Fernandes Andrade, Professora da Universidade Federal de Pelotas, para exercer o cargo de Reitora da referida Universidade, com mandato de quatro anos."* Disse que além daquilo, o mandato de quatro anos e sua data de finalização, deveriam encaminhar ao Ministério da Educação uma lista tríplice com os nomes escolhidos para reitor(a) e uma lista tríplice com os nomes escolhidos para vice-reitor(a), com até sessenta dias antes de terminar o mandato, e que o prazo seria finalizado no dia sete de novembro de dois mil e vinte e quatro. Salientou que, até aquela data, deveriam estar com as atas escritas e toda documentação preenchida para envio do material. Falou que trazia ainda, para não gerar dúvidas, considerando que a portaria do Diário Oficial da União havia saído com a data do dia oito de janeiro e a sua posse havia ocorrido no dia vinte de janeiro, um parecer da Procuradoria Federal da Universidade, esclarecendo que o entendimento seria na linha de que ela encontrava-se em pleno exercício do cargo de Reitora da Universidade Federal de Pelotas, desde 8 de janeiro de 2021, independente da não assinatura do Ministro de Estado da Educação no seu termo de posse. Falou que o edital de eleição havia sido lançado em sete de outubro de dois mil e vinte quatro, e como já havia mencionado, seria o Edital da Secretaria dos Conselhos Superiores número 01/2024. A Senhora presidente realizou a leitura, na íntegra, do Edital, conforme segue: *"A Reitora da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Professora Isabela Fernandes Andrade, considerando a Lei 5.540/68, com a redação que lhe conferiu a Lei nº 9.192/95, e o Decreto nº 1.916/96, visando à organização do processo de eleição pelo Conselho Universitário dos nomes que comporão as listas tríplices para os cargos de reitor e vice-reitor da UFPel para a gestão 2025/2028, torna pública a abertura de inscrições de candidaturas para os referidos cargos. 1. Das inscrições - 1.1. Em face da necessidade de checagem das suas condições de elegibilidade, nos termos do que dispõem a Lei 5.540/68, com a redação que lhe conferiu a Lei nº 9.192/95, e o Decreto nº 1.916/96, os(as) candidatos(as) à Reitor(a) e Vice-Reitor(a) deverão fazer a inscrição de suas candidaturas no dia 09 de outubro de 2024, das 8:00 às 12:00 horas, na Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPel, localizada da Rua Gomes Carneiro, nº 1 - 4º andar - Bloco B - Sala 412-A, acompanhados de cópia eletrônica do Currículo Lattes do candidato(a) e do Programa de Gestão que pretendem*

desenvolver na Instituição. 1.2. Até às 16:00 horas do dia 09 de outubro de 2024, a Secretaria dos Conselhos Superiores fará publicar no site da Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPel a relação dos inscritos que preencham os requisitos de elegibilidade legalmente exigidos. 1.3. Aqueles(as) que porventura não sejam tidos como elegíveis poderão interpor recurso junto ao Conselho Universitário até às 10:00 horas do dia 10 de outubro de 2024, recurso que haverá de ser entregue à Secretaria dos Conselhos Superiores, localizada da Rua Gomes Carneiro, nº 1 - 4º andar - Bloco B - Sala 412-A. O resultado de eventuais recursos haverá de ser publicado no site da Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPel, até às 18:00 horas do dia 10 de outubro de 2024. 1.4. Somente terá seu nome levado ao escrutínio único no Conselho Universitário o(a) candidato(a) que tiver sua inscrição homologada pela Secretaria dos Conselhos Superiores e que estiver presente à sessão do Conselho Universitário de que trata o item 2.1. para exposição de seu programa de gestão. 2. Das eleições - 2.1 As eleições serão realizadas, a teor do que estabelecem o Estatuto e o Regimento da Universidade, observada a Resolução Consun nº 01/1999, em sessão do Conselho Universitário, a realizar-se no próximo dia 11 de outubro, às 14:00 horas. 2.2 Na referida sessão, precedendo a elaboração das listas tríplices, os candidatos inscritos, observado o item 1.4. deste edital, disporão de até 10 minutos para a exposição de seus currículos e respectivos programas de gestão. 2.3 As votações proceder-se-ão em escrutínio único e uninominal. 2.4 Após a votação, será disponibilizada a palavra aos(as) conselheiros(as) que desejarem manifestar sua declaração de voto. 3. Das disposições gerais. 3.1 Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Universitário. Secretaria dos Conselhos Superiores, aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro." A Senhora presidente, na sequência, passou ao item dois do edital, que tangia sobre as inscrições, que haviam sido entregues pelos candidatos, e informou que haviam sido apensados ao processo os seguintes documentos: Inscrição, Currículo Lattes e Programa de Gestão. Na sequência a Senhora presidente citou o Despacho CONSUN (2781909), da Secretaria dos Conselhos Superiores, publicado também no site da referida Secretaria, falando que haviam ocorrido seis inscrições para reitor(a) e seis inscrições para vice-reitor(a) da Universidade, realizando a leitura dos nomes, pela ordem de inscrição, conforme segue: Inscrições para Reitor(a): Ursula Rosa da Silva, Fábio Garcia Lima, Aline Ribeiro Paliga, Julieta Maria Carriconde Fripp, Uemerson Silva da Cunha e Tamara Leitzke Caldeira Beskow. Inscrições para Vice-Reitor(a): Eraldo dos Santos Pinheiro, Fábio Garcia Lima, Aline Ribeiro Paliga, Fábio Vergara Cerqueira, Uemerson Silva da Cunha e Tamara Leitzke Caldeira Beskow. Na sequência, passou para o item 2.2 do Edital, referente à Exposição de Currículos e Programas de Gestão, dizendo que, precedendo a elaboração das listas tríplices, os candidatos inscritos dispunham de até 10 minutos para a exposição de seus currículos e respectivos programas de gestão. A Senhora presidente, por ordem alfabética, convidou a candidata Aline Ribeiro Paliga para que fizesse o uso do seu tempo de fala. O conselheiro Daniel de Alvarenga Barbare se manifestou com uma questão de ordem. A Senhora presidente passou a palavra ao referido conselheiro. O conselheiro Daniel cumprimentou a todos os presentes e apresentou a questão de ordem referente ao artigo 38 do Regimento, que dizia que, salvo resolução da maioria dos conselheiros presentes, toda a matéria que envolveria mérito deveria ser submetida preliminarmente ao parecer da Comissão Permanente respectiva. O conselheiro falou que entendia que aquele processo seria uma questão que envolveria mérito, por envolver currículos e programas de gestão dos candidatos, ele teria aquela questão de ordem do artigo 38. A conselheira Mara Beatriz Nunes Gomes solicitou fala, que foi concedida pela Senhora presidente. A conselheira Mara Beatriz cumprimentou a todos os presentes e a audiência que os acompanhava, falando que teria uma questão de ordem que seria o artigo 43, em relação aos agentes externos ao Conselho, e que, via de regra,

as reuniões do Conselho Universitário seriam abertas, mas que aquela convocação já havia sido enviada com a informação de público específico, falou que havia a necessidade de saber quais seriam as matérias que seriam elucidadas para que pessoas que não compusessem o conselho estivessem presentes naquela sessão. Falou que, via de regra, quando as pessoas eram convidadas para estarem no Conselho seriam para apreciar uma matéria ou prestar alguma homenagem, mas que, como aquela sessão era fechada e nem suplentes poderiam entrar, e seria uma matéria que envolveria o interesse da comunidade, e se fossem observar aquela regra que não era usual, de fazer privativa, que viessem a cumprir em relação à agentes que não eram conselheiros. A Senhora presidente solicitou à conselheira Mara que nominasse a quem ela estaria se referindo que não seria conselheiro e que estaria participando da reunião, explicando que, naquele dia, realmente haviam limitado a reunião por ser uma pauta única de um tema delicado. A conselheira Mara disse que seria mais fácil identificar quem seriam os conselheiros, que todos saberiam quem eram, e as pessoas que não seriam, e se elas haviam sido convidadas pela presidência, a mesma poderia identificar qual a função que essas pessoas cumpririam naquele dia. A Senhora presidente reiterou o pedido à conselheira Mara que nominasse a quem ela estaria se referindo, explicando que todos os presentes na sala, ou seriam conselheiros ou seriam convidados pela presidência do conselho, conforme o artigo 43. A conselheira Mara falou que seria importante que a presidência nominasse a função daquelas pessoas, e que matéria elas iriam elucidar, fazendo a leitura do parágrafo único do artigo 43: "*em casos especiais o presidente poderá convidar pessoas estranhas ao conselho, seja para elucidar matérias, seja para homenagens e distinções.*" Falou que, como o convite havia sido feito pela presidência, ela poderia nominar as funções das pessoas estranhas aquele conselho. A Senhora presidente falou que as pessoas que estavam na reunião, que seriam externas ao conselho, seriam pessoas que estavam trabalhando durante aquela reunião, como aconteceria em todas as reuniões daquele Conselho Superior, desde que ela havia assumido a gestão da Universidade, e que, seriam basicamente as mesmas pessoas que estariam presentes naquele dia. A Senhora presidente falou que, sobre o artigo 38, que havia sido trazido pelo conselheiro Daniel, em relação à matéria, disse que a pauta da reunião daquele dia era única e que ditaria diretamente sobre a composição das listas tríplices para escolha de reitor(a) e vice-reitor(a) da Universidade, e que não haveria qualquer matéria a ser analisada, dizendo acreditar que nenhum dos conselheiros questionariam o currículo dos colegas que haviam se colocado à disposição para aquele pleito, falando que acreditava que aquilo não caberia a eles pois caberia a Secretaria dos Conselhos Superiores, quando do ato da homologação das inscrições, que precederia a reunião a qual estavam realizando. Falou que o dado trazido pelo conselheiro Daniel não teria objeto. O conselheiro Daniel reiterou o seu pedido dizendo que o Edital seria prévio à análise do currículo, então o seu entendimento é de que haveria de ter parecer da Comissão de Legislação e Normas, destacando a parte do artigo 38 que dizia que "*salvo resolução da maioria dos conselheiros presentes, toda matéria que envolva mérito deverá ser submetida previamente a Comissão Permanente respectiva.*" Falou que, como os conselheiros não haviam deliberado sobre o tema, e como, ao seu entender, a matéria envolveria mérito, colocaria aquela questão regimental. A Senhora presidente fez a leitura do item 2.2 do edital: "*na referida sessão, precedendo a elaboração das listas tríplices, os candidatos inscritos, observado o item 1.4. deste edital, disporão de até 10 minutos para a exposição de seus currículos e respectivos programas de gestão.*" A Senhora presidente disse que, havendo entendimento diferente do seu, por parte do conselheiro Daniel, sugeria colocar em votação, se entenderiam que o processo haveria de ser encaminhado à CLN ou não. A Senhora presidente colocou em votação o encaminhamento de não necessidade de envio do processo à Comissão

de Legislação e Normas, o qual foi aprovado com 36 votos a favor, 18 votos contrários e 2 abstenções. O conselheiro Daniel agradeceu o encaminhamento. A conselheira Mara Beatriz pediu que constasse em ata que a Senhora presidente havia solicitado que ela nomeasse os agentes externos ao conselho que estavam presentes na reunião e que ela havia solicitado que a presidência indicasse as pessoas e qual seriam as suas funções. A conselheira citou a presença da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e da Pró-Reitora de Ensino, que, em tese, não estariam na reunião para fazer homenagens ou distinções ou elucidar matérias. A Senhora presidente fez a leitura, a título de informações, a todos os conselheiros, do parágrafo 7º, do artigo 15 do Estatuto: "*Integram o Conselho Universitário: Os pró-reitores, que poderão participar das reuniões do Conselho Universitário, com direito a voz e sem direito a voto.*" Na sequência, disse que os Pró-reitores estavam presentes na condição de integrantes do Conselho e que eles não teriam direito ao voto mas teriam direito, inclusive, a fala, no momento que achassem oportuno. Passou então a sequência da reunião, com a exposição dos currículos e programas de gestão, passando a palavra a primeira candidata, informando que a Professora Aline Ribeiro Paliga teria direito a dez minutos de fala. A candidata Aline Ribeiro Paliga fez a sua fala, durante 8 minutos e 21 segundos, conforme segue: "*Boa tarde a todas e todos. Agradeço por este espaço e pela oportunidade de estar aqui com vocês. Muitos de vocês já me conhecem, pois assessoro o CONSUN há quase quatro anos. Hoje, pela primeira vez, falo aqui como candidata formal à Reitoria e Vice-Reitoria da nossa Universidade. Gostaria de começar compartilhando um pouco da minha trajetória. Sou professora do Centro de Engenharias e engenheira civil de formação. Me formei na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sou natural de Rio Grande. Aliás, gostaria de destacar que a FURG concluiu recentemente sua eleição para a reitoria. Todos os segmentos - docentes, técnico-administrativos e discentes - puderam votar de forma online, sem questionamentos sobre o sistema ou sobre a conduta dos servidores envolvidos. Isso nos convida a refletir sobre o processo eleitoral da UFPel, sempre com respeito às ferramentas, aos servidores envolvidos e à importância de garantir a participação plena de todas e todos. Acima de tudo, é fundamental que defendamos a integridade e a imagem de nossa Instituição. Minha formação acadêmica continuou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde realizei meu mestrado e doutorado na área de estruturas. Também lá, a reitoria foi eleita recentemente por meio de um sistema de votação online, garantindo que todos os segmentos pudessem se manifestar em um processo de consulta informal, organizado por uma comissão instituída pelo seu Conselho Universitário. Desde que ingressei na UFPel, em 2012, tenho me envolvido ativamente com a gestão universitária. Coordenei o curso de Engenharia Civil em 2013, fui responsável pelo laboratório extensionista Laboratório de Materiais e Técnicas Construtivas do Núcleo de Estudos de Materiais Compósitos, Atuei como diretora adjunta do Centro de Engenharias de 2017 a 2021. Em 2021, me integrei ao grupo UFPel Diversa, sendo chefe de gabinete por três anos, sendo atualmente assessora do Gabinete. Estou aqui hoje representando um coletivo, com muito orgulho, um grupo que vem conduzindo a gestão da nossa universidade desde 2017, sob a liderança do Prof. Pedro e Luís na gestão da UFPel Diferente e da Prof. Isabela, Ursula e Paulo na Gestão UFPel Diversa. Fizemos muitas transformações na UFPel, e ainda há muito que queremos e precisamos realizar. Gostaria de aproveitar este momento para trazer algumas reflexões a esse Conselho Superior.. Temos, neste Conselho, 63 cadeiras, e hoje decidiremos, por votação em papel, quem será a próxima Reitoria da UFPel. Imaginem se no edital houvesse um artigo expresso que determinasse que vence quem tiver mais de 50% dos votos, como está expresso em uma consulta informal que ocorreu. E se eu recebesse 31 votos e perdesse para uma candidata que obteve 32? Como vocês enxergariam um pedido meu para considerar isso um "empate técnico"? Seria justo? E caso ainda no edital exigisse*

50%+1 (lembrando que isso não tem em nenhum edital). 50% de 63 é 31,5, precisaríamos então de 32,5, ou seja, 33 votos para decretar uma vencedora? Nesse caso eu teria empatado com 31 x 32 votos da outra candidata? Faz sentido isso? Não faz....isso é só uma narrativa....não existe a exigência de 50% +1, não seria nem justo, e esse caso mostra com clareza. A única exigência que existe é de ter mais de 50%. Fim dessa narrativa. Agora, pensemos em um cenário onde nossa eleição fosse híbrida: os conselheiros poderiam escolher como votar, ou no papel, ou online. Dois conselheiros estudantes não puderam votar online, um porque não se cadastrou no Cobalto, e outro porque não atualizou sua senha. Ambos, no entanto, podem votar em papel. Eu, como candidata, poderia argumentar que houve falta de participação ampla e pedir uma nova rodada de votação só pra categoria dos estudantes? Seria correto questionar um processo que tem duas formas de voto? Vocês diriam que há alguma irregularidade nessa diferença de lista de quem pode votar online e quem pode votar no papel? Poderia eu, como candidata, dizer que os servidores públicos da nossa instituição da área de TI, responsáveis por essas listas estão beneficiando a candidata vencedora? Eu poderia ir mais longe e sugerir que servidores da área de TI, estivessem favorecendo uma candidatura por estarem realizando suas funções regulares de manutenção preventiva do sistema ou atualização de senhas para segurança dos usuários da nossa instituição. Seria razoável suspeitar do trabalho dessas servidoras e servidores? Teríamos o direito de desacreditar suas funções e ética? Ou seja, o que vocês, conselheiros, achariam da minha insistência em achar alguma irregularidade? Vocês adiariam a divulgação do resultado dessa eleição que será aqui feita, porque eu resolvi pedir mais uma auditoria, desconfiada de quem organizou este processo de eleição ou , de ferramentas de votação consolidadas e já auditadas, inclusive externas a nossa instituição? Uma instituição pública federal, com reputação reconhecida em todo país, que auditou o sistema e não encontrou qualquer indício de irregularidade. A verdade é que a democracia exige respeito ao processo. Questionamentos infundados sobre a lisura do sistema ou sobre a conduta de quem o organiza não devem prevalecer. Perder faz parte da democracia, seja por uma diferença pequena ou grande de votos. E é justamente o respeito a esses processos que fortalece nossa Instituição. Defendemos uma universidade pública, de qualidade, gratuita, democrática e múltipla. E para que isso se concretize, precisamos garantir que o resultado das eleições seja respeitado e que a reitora eleita seja empossada, conforme a vontade expressa da comunidade universitária. Agradeço pela atenção e pelo compromisso de todos vocês conselheiros com a democracia e com o futuro da nossa UFPEL." O conselheiro Álvaro Luiz Moreira Hypólito solicitou manifestação por questão de ordem. A Senhora presidente acatou o seu pedido. O conselheiro Álvaro falou que achava que os candidatos deviam usar o tempo para sua apresentação, mas se iriam iniciar uma discussão a respeito do processo eleitoral, ele achava que aquilo demandaria muito tempo, e que ele teria coisas para falar e outros conselheiros também teriam. O conselheiro pediu para que todos os próximos candidatos se restringissem a sua apresentação, pois seria para aquilo que o tempo haveria sido designado a aproveitou para perguntar à presidência porque a Comissão Eleitoral não havia sido aceita como convidada para aquela reunião, para dar o relato de sua narrativa, pois sempre naquele conselho havia se aceitado a presença de entidades ou representantes de parte da comunidade para dar seus esclarecimentos. A Senhora presidente agradeceu a manifestação e falou que, sobre os convites para a reunião, como ela havia mencionado anteriormente, seriam feitos pela presidência do conselho e que a COE não estaria participando pois seria responsável por uma consulta informal prévia ao conselho superior, e que todos os conselheiros(as) e membros da comunidade certamente estariam acompanhando todo o processo e teriam lido e estariam bastante cientes e com conhecimento das informações que teriam sido trazidas. Sobre o tempo, a Senhora presidente

esclareceu que seria destinado aos candidatos a reitor(a) e vice-reitor(a), que fariam as suas explanações e estaria de acordo com o conselheiro, de pedir que se ativessem aquele tema. A Senhora presidente passou a palavra ao conselheiro Paulo Ricardo Silveira Borges, que havia solicitado manifestação. O conselheiro Paulo cumprimentou a todos e reiterou a solicitação do professor Álvaro, diretor da Faculdade de Educação, no sentido que aquele conselho pudesse ouvir a Comissão Eleitoral e a Junta Eleitoral, haja visto que todos os candidatos que haviam se inscrito, via edital, haviam participado da consulta informal, e que eles estariam lá, justamente, em função daquele processo que ocorreu anteriormente, como havia ocorrido em outras ocasiões de outras eleições para a reitoria. Como membro da classe docente e como associado do sindicato ADUFPel desde 1994, o conselheiro Paulo solicitou ao conselho que ouvissem as entidades representativas compostas pela ADUFPel, pela ASUFPel e pelo CEB, para que eles pudessem se manifestar, pois haviam solicitado isso. A Senhora presidente agradeceu a manifestação e falou que o assunto não se tratava de uma questão de ordem pois não haveria um dispositivo mencionado que tivesse sido, em tese, violado. Falou que estavam no meio do ponto, solicitando, de forma respeitosa, que pudessem dar continuidade a apresentação dos candidatos(a) a reitor(a) e vice-reitor(a), dando continuidade a reunião como havia sido prevista. A conselheira Mara Beatriz Nunes Gomes solicitou questão de ordem e a Senhora presidente perguntou qual seria o artigo. A conselheira Mara disse que a presidência havia mencionado o artigo 15 do Estatuto anteriormente, mas disse que ele havia sido revogado pela Resolução 11, de 28 de setembro de 2017, e disse que lembravam bem que os técnico-administrativos haviam conquistado os assentos dos aposentados naquele conselho, e que aquele artigo 15 do estatuto, que asseguraria o assento para os pró-reitores havia sido revogado em 2017. Falou que aquela informação deveria constar e que, tudo bem que pessoas externas poderiam ser convidadas, mas que teriam que seguir o regimento. A Senhora presidente agradeceu e disse que faria a leitura da Resolução 11, de 28 de setembro de 2017, para conhecimento de todos, mesmo tomando um tempo da reunião. A leitura foi realizada conforme segue: "*Resolução nº 11 de 28 de setembro de 2017: Aprova a proposta de adequação da composição do Conselho Universitário, para excluir os assentos de Pró-reitores e incluir a representação de servidores Docentes e Técnico-administrativos aposentados na UFPel. Ela resolve adequar a composição do Conselho Universitário, para excluir os assentos de Pró-reitores e incluir a representação de servidores Docentes e Técnico-administrativos aposentado na UFPel, nos seguintes termos: Artigo 1º Os incisos do Art. 15 do Estatuto da UFPel, relativo à composição do CONSUN, para a ter a seguinte redação: Art. 15 - Integram o Conselho Universitário: I - O Reitor, seu presidente; II - O Vice-reitor; III - Os Diretores das Unidades Acadêmicas; IV - Dois representantes da cada classe da carreira do magistério; V - Dois representantes do Conselho Coordenador de Ensino, da Pesquisa e da Extensão; VI - Quatro representantes da comunidade externa à UFPel, sendo que, destas quatro vagas, uma será reservada a docentes aposentados da UFPel e outra a servidores técnico-administrativos aposentados da UFPel; VII - sete representantes do corpo discente; VIII - sete representantes dos servidores técnico-administrativos; IX - seis representantes dos Coordenadores dos Cursos de Graduação; X - três representantes dos Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação. Artigo 2º Fica suprimido o parágrafo primeiro do Artigo 15 do Estatuto e renumerados os demais parágrafos. Artigo 4º Fica acrescido um novo parágrafo 7º ao Artigo 15 do Estatuto, com a seguinte redação: Artigo 15, parágrafo 7º - Os Pró-reitores poderão participar das reuniões do Conselho Universitário, com direito a voz, mas sem direito a voto.*" Após a leitura a Senhora presidente reafirmou o que já havia trazido no começo daquela reunião, que constava da Resolução número 11 de 28 de setembro de 2017, daquele Conselho Universitário. Falou que gostaria de contar mais uma vez com a colaboração dos conselheiros(as) para dar

continuidade para aquela reunião. O conselheiro Daniel de Alvarenga Barbare manifestou questão de ordem, pelo mesmo artigo 15, na questão dos que não seriam pró-reitores. O conselheiro falou que a assessoria jurídica, com advogado da OAB, dos técnico-administrativos, não havia conseguido adentrar naquela reunião, sendo que seria um advogado com OAB, no exercício da sua função, que gostaria de participar fazendo assessoria dos técnico-administrativos. O Conselheiro Daniel perguntou se os que não seriam pró-reitores, que não seriam contemplados pelo Artigo 15, que a nossa magnificência teria acabado de ler, se eles poderiam estar presentes e, se poderiam, que constasse em ata. A Senhora presidente falou que tinha dúvidas a quem o conselheiro Daniel estaria fazendo referência, perguntando se a referência seria ao Procurador Jurídico da UFPel. O Conselheiro Daniel disse que não seria o procurador Bosenbecker, disse que estaria se referindo a quem não era Pró-reitor e não seria um dos 62 conselheiros. A Senhora presidente falou que voltariam no que dizia o artigo 43: *"As sessões do Conselho As sessões dos Conselhos são ordinariamente privativas dos conselheiros e secretas, sempre que necessário. Parágrafo Único - Em casos especiais, o Presidente poderá convidar pessoas estranhas aos Conselhos, seja para elucidar matérias, seja para homenagens e distinções."* A Senhora presidente esclareceu que teriam exemplos de algumas ações que os convidados da presidência, daquele Conselho, poderiam ir lá interpor e que naquele caso ela havia convidado o Procurador Federal junto à UFPel para estar com ela, até porque ele seria a pessoa que auxiliaria em matérias que tangeriam a questão jurídica da instituição, mas falou que poderiam colocar em apreciação daquele conselho. O Conselheiro Daniel agradeceu. O Senhor Carlos Antonio Bosenbecker Junior solicitou uma intervenção, dizendo: *"Acho que alguns conselheiros não me conhecem e não sabem da minha função. Somente para fazer um breve esclarecimento, sobre a minha presença aqui, eu sou representante judicial e extrajudicial da Universidade Federal de Pelotas, por previsão constitucional, nomeado pela Casa Civil da Presidência da República, então toda vez que a presidência do Conselho entender necessária a participação do procurador federal que atua junto a Universidade eu estarei pronto e disposto a exercer meu papel constitucional de assessor jurídico e membro da advocacia Geral da União, então se algum conselheiro tem dúvida sobre a legitimidade da minha presença aqui eu peço que leia o artigo 131 da Constituição por favor, pois ai irão entender porque eu estou presente nesta reunião, obrigado."* A Senhora presidente agradeceu ao Doutor Carlos, se desculpando por qualquer constrangimento desnecessário. De imediato, a Senhora presidente convidou o Professor Eraldo Pinheiro dos Santos, para a sequência da apresentação dos currículos. A conselheira Julieta Maria Carriconde Fripp manifestou uma questão de ordem. A Senhora presidente perguntou qual artigo estaria sendo infringido. A conselheira Julieta disse que sua fala ia ao encontro as falas dos conselheiros Álvaro e Paulo, e disse que gostaria de solicitar que a reitora colocasse em apreciação a solicitação dos nobres conselheiros em relação à participação da COE naquele recinto, a qual teriam pedido direito de fala, que havia sido negado pelo Gabinete e disse crer que historicamente isso havia se dado sempre, a possibilidade de fala e voz para a Comissão Eleitoral, e havia sido um pedido de dois conselheiros, e pensava que aquilo seria muito importante, para que os outros conselheiros pudessem ouvir e ao mesmo tempo, atender ao pedido da Comissão Eleitoral, falou que aquele era seu pedido em função da fala dos colegas Paulo e Álvaro. A Senhora presidente agradeceu a sugestão mas reiterou mais uma vez que o convite para a participação da reunião caberia a presidência do Conselho e, naquele momento, ainda exercido por ela, então solicitou mais uma vez respeito quanto a decisão que já havia sido tomada e publicizada para todos os conselheiros(as). De imediato passou a palavra ao próximo candidato, Professor Eraldo Pinheiro dos Santos. O candidato Eraldo Pinheiro dos Santos fez a sua fala, durante 9 minutos e 21 segundos, conforme segue: *"Boa tarde, muito obrigada pelo*

momento, de muita alegria, muito diferente na minha vida e de muita emoção. Por isso acabei escrevendo o que eu ia falar aqui para respeitar tudo aquilo e o tempo que vocês estão dedicando a estarem aqui e ao mesmo tempo eu conseguir dizer tudo aquilo que eu gostaria de dizer. Eu inicio dizendo que este texto tem relação com a construção do futuro da UFPel, baseado em Integração, Inclusão e Excelência para o Desenvolvimento Regional e Global. Como diz Mandela: Sempre parece impossível, até que seja feito. Então é isso que vai me pautar durante esse tempo de fala. Como candidato a vice-reitor, me inspiro nas ancestralidades que me antecederam e que acreditaram que o mundo poderia ser diferente. Tal qual eles e elas, eu acredito que o futuro da Universidade Federal de Pelotas depende da nossa capacidade de fortalecer as conexões humanas, só assim poderemos fazê-la aumentar, não apenas em tamanho, mas em qualidade e responsabilidade. Para mim, é essencial reaproximar as pessoas e criar um ambiente verdadeiramente colaborativo, cooperativo e solidário. Trabalhar de forma integrada nos espaços de ensino, pesquisa, extensão, inovação e internacionalização é o caminho para o desenvolvimento acadêmico e a transformação social que almejamos, não apenas para a nossa universidade, mas também para o mundo em que vivemos. Só assim poderemos potencializar o impacto positivo das nossas ações dentro e fora da universidade. Foi isso que procurei fazer durante estes quase quatro anos na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Tenho um compromisso profundo com a construção de uma universidade inclusiva, plural e democrática. Pretendo intensificar as políticas de inclusão, garantindo que cada indivíduo, independentemente de suas origens, etnia, gênero, sexualidade ou condições socioeconômicas, sinta-se acolhido e tenha acesso a uma educação de qualidade socialmente referenciada. Acredito que valorizar a diversidade é fundamental para construir um ambiente acadêmico mais justo, equitativo e que reflète o modelo de sociedade na qual desejamos nos transformar. Foi isso que fiz em quase 10 anos a frente do Laboratório de Estudos em Esporte Coletivos - ESEF. A busca pela excelência acadêmica, aliada à extensão universitária, sempre foi um princípio orientador das minhas ações. Meu objetivo é assegurar que a nossa universidade continue crescendo no ensino, na pesquisa, na extensão, na inovação, proporcionando aos nossos estudantes acesso às mais recentes inovações tecnológicas e científicas. Quero garantir que nossas alunas e nossos alunos sejam preparados para atuar como cidadãos críticos e capazes de enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança, mas sobretudo que compreendam que é preciso repensar as lógicas do mundo atual. É preciso de uma formação que assegure os princípios éticos, políticos e sustentáveis para que possamos afirmar a dignidade para todas e todos, em suas mais diferentes formas de vida. Essa mensagem - de busca pela excelência, de trabalho colaborativo, de oportunidade para as pessoas que estão a nossa volta - foi o que passei para graduados, mestres e doutoras que formei e formo ao longo da minha carreira. Formar professores e professoras me traz muito orgulho. Reconheço que a excelência de nossa universidade depende diretamente do comprometimento e da atuação de nossos docentes e técnico-administrativos em educação. São esses profissionais que, com dedicação e competência, garantem o funcionamento pleno da instituição e a alta qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação. Valorizo profundamente o papel de cada um na construção de um ambiente acadêmico que promove o conhecimento, a inovação e a formação cidadã. Por isso, terei o compromisso de ampliar o diálogo e construir novos arranjos de trabalho através de políticas de capacitação contínua e valorização profissional, assim, vamos assegurar que a UFPel continue sendo uma referência em educação pública de qualidade. Para mim, os estudantes são a razão da nossa existência como instituição. Estou comprometido em oferecer uma formação sólida, que vá além da capacitação técnica e prepare nossos estudantes para atuar de forma ética e crítica na sociedade para que fortaleçam o compromisso da educação pública e gratuita

com a justiça social que tem em seu horizonte o fim das desigualdades, a erradicação da pobreza! Acredito que a educação deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes, valorizando tanto o conhecimento acadêmico quanto a formação de valores humanos, políticos e sociais a partir da pluralidade dos saberes que permeiam a nossa sociedade - do conhecimento mais sofisticado, tecnológico, mas também dos saberes populares, do saber altamente desenvolvido e dos saberes cotidianos em uma espiral de conhecimentos que permita a compreensão crítica das realidades em que vivemos. Acredito que a universidade deve ser um agente ativo no desenvolvimento local e regional. Pretendo fortalecer nosso impacto no território, trabalhando para que nossas ações contribuam para a formulação de políticas públicas que promovam a preservação ambiental, a conservação do patrimônio histórico, o desenvolvimento econômico, o turismo sustentável, as formações para comunidade e o compromisso com a educação básica, em especial com as escolas públicas. Com isso, buscamos não apenas melhorar a qualidade de vida da nossa comunidade, mas também posicionar a UFPel como referência no desenvolvimento sustentável e inclusivo da região. Por fim, vejo nas parcerias interinstitucionais uma oportunidade valiosa para a nossa universidade crescer e se fortalecer. Buscarei ampliar nossas colaborações estratégicas com outras universidades, centros de pesquisa, governos (municipais, estadual e federal), empresas e organizações da sociedade civil, tanto no Brasil quanto no exterior. Acredito que essas parcerias não só ampliarão nossa capacidade de inovar, como também gerarão benefícios mútuos e duradouros, ajudando-nos a enfrentar os desafios globais e locais com ainda mais eficácia. Olho para o futuro com otimismo e a certeza de que, juntos, somos capazes de enfrentar os desafios que o Brasil e o mundo nos apresentam. Se trabalharmos unidos, com diálogo e cooperação, temos força suficiente para transformar a sociedade e contribuir para um futuro mais justo e inclusivo. A UFPel é um centro estratégico de disseminação de conhecimento, inovação e desenvolvimento, conectando diferentes saberes e realidades. Com a união de estudantes, docentes, técnicos e a comunidade, vamos continuar a promover mudanças significativas, impactando positivamente nossa região e o país como um todo. Estamos preparados para construir, juntos, o futuro que queremos ver. Se para algumas pessoas isso parece impossível, com nossa experiência e com a nossa capacidade de trabalho, realizaremos o que para alguns pode ser inalcançável. Como disse Mandela, sempre parece impossível até que seja feito. Muito obrigado pela atenção. E eu espero contar com o voto de vocês, obrigado." A Senhora presidente agradeceu ao Professor Eraldo. O conselheiro Daniel de Alvarenga Berbare disse que gostaria de registrar, pois havia ficado gravado em sua fala, que ele tinha todo o respeito ao procurador Bosenbecker, dizendo que não havia falado dele e que inclusive havia citado nominalmente que não havia falado dele, e caso algum conselheiro tivesse dúvidas as falas ficariam gravadas. O conselheiro reiterou todo o respeito ao Procurador Bosenbecker, e falou que não se tratava dele na sua fala, solicitando que sua manifestação ficasse registrada em ata. De imediato, a Senhora presidente passou a palavra ao próximo candidato, Professor Fábio Garcia Lima. O candidato Fábio Garcia Lima fez a sua fala, durante 8 minutos e 33 segundos, conforme segue: "Boa tarde, colegas conselheiros! Sou Fábio Garcia Lima, Professor Associado, tenho 46 anos (até hoje, tenho 46,997260274 anos, e 46,997260274 é menor que 47), nascido em Nova Prata, uma pequena cidade da serra gaúcha, e tive toda minha educação formal em escolas públicas!!! Vim para Pelotas em 1985 quando meu pai, servidor público na CEEE, foi transferido. Esta transferência teve a motivação dos meus pais, que completaram apenas o ensino fundamental, pela possibilidade de eu e minhas irmãs estudarmos na Escola Técnica Federal de Pelotas e aqui, na UFPel. Foi o que fizemos e hoje, os filhos do Paulo e da Margarete são uma Arquiteta e Urbanista, um Cirurgião Dentista e uma Designer (também professora na UFPel). Ingressei na UFPel como estudante

no primeiro semestre de 1997, um período de turbulências e instabilidade institucional. Foi um tempo de movimento estudantil pujante, num país que se readaptava com a democracia e lidava com o neoliberalismo do FHC. Ao longo desse tempo a UFPel conseguiu construir um caminho para afirmar o seu compromisso com a democracia e a paridade, tornando-se referência para outras instituições universitárias. Quase três décadas depois voltamos a experimentar esta instabilidade, e é nosso papel, enquanto agentes públicos, não permitir o retrocesso, temos que avançar enquanto instituição. Desde que comecei no Diretório Acadêmico Bruno Chaves, tenho aprendido que a luta é necessária, é fundamental, mas só é válida se tiver princípios!!! Toda e qualquer ação de agentes públicos precisa ter como meta o bem público e, numa Universidade, isto significa buscar a formação de excelência das e dos estudantes e, para que isto seja possível, o bem estar do servidor em seu ambiente de trabalho e o planejamento organizacional, focados em nossa atividade fim, são imperativos categóricos. Nossa Universidade, ao final dos anos 2010, quando do REUNI, escolheu um caminho que nos trás imensas dificuldades até hoje. A forma que crescemos, investindo num patrimônio industrial falido, foi fundamental para Pelotas, reconfigurando a cidade e recuperando a vida de locais ora abandonados. No entanto, as necessidades estruturais para que tenhamos espaços adequados de ensino, pesquisa, extensão e inovação exigem um recurso de investimento em capital cada vez menor a todas as IFES. Mas o mundo mudou, e a UFPel precisa se adaptar a esta nova configuração, para que possa resistir às incongruências deste novo mundo. Nossa luta não pode parar, mas precisa se ressignificar. Nossa Universidade tem alcançado uma maturidade importante para como se relacionar com as forças sociais, com as forças políticas e com as forças econômicas, mostrando que, apesar dos desafios hodiernos enfrentados, estamos avançando em qualidade. Precisamos lutar por uma Universidade cada vez mais inclusiva, pois é através da diversidade de pessoas e de visões de mundo que alcançaremos a excelência. Precisamos entender que a UFPel deve ser o reflexo do povo Brasileiro, a fim de que contextualizemos o nosso fazer com as necessidades deste Brasil em sua gênese, no seu íntimo, na sua comunidade acadêmica. Hoje, neste honrado espaço de fala, e ao longo dos últimos seis meses em campanha, tenho me colocado como candidato à Reitoria desta Universidade com esta defesa. Com estes princípios tenho trabalhado na Faculdade de Odontologia, onde fui eleito Vice-diretor em 2019, junto com o professor Evandro Piva, e fui eleito Diretor em 2022. Desde 2014 nossa unidade faz captação de recursos externos através de contrato com o Sistema Único de Saúde. Com a extinção da FAU, precisamos nos remodelar com relação à prestação de contas com o SUS, pois em 2019 estivemos à beira da perda deste convênio, o que extinguiria nosso Centro de Especialidades Odontológicas Jequitibá, responsável por aproximadamente 50% da atenção odontológica em média complexidade de Pelotas, e responsável por 80% do financiamento da unidade. A consolidação de dados da produção de assistência em saúde deixou de ser em Fichas de Atendimento em papel para um sistema eletrônico que impedia glosas de fichas, transformando nosso quase descredenciamento do CEO Jequitibá, pela evasão de dados, numa possibilidade de avançar de CEO Tipo 1 para Ceo tipo 3, o que teria quase duplicado nossa captação de recursos. Mas esta faculdade foi impiedosamente atacada pela pandemia de 2020, haja vista que nosso trabalho se dá exatamente em contato a saliva de pacientes, o principal fator de transmissão de Covid-19. Conseguimos mobilizar nossa comunidade acadêmica para, em diferentes grupos de trabalho, avaliarmos o impacto da pandemia em todas as nossas rotinas de trabalho, o que gerou um grande documento, pautado em ciência, resultado de um longo debate, mas que aponta para imensas necessidades de alterações estruturais de nosso curso. Apesar de todas as dificuldades orçamentárias já mencionadas e de um completo descaso de um governo federal negacionista,

conseguimos, em trabalho conjunto com a Gestão Central, ser o primeiro curso a retornar às suas atividades acadêmicas presenciais em prédios da UFPel, em maio de 2021. Estamos avançando numa lógica de ressignificação da prática acadêmica, transformando as grandes clínicas comunitárias em vários consultórios individualizados, biosseguros e que preservam a intimidade de nossos pacientes, além de facilitar enormemente a comunicação de ensino entre professores e estudantes. Também precisamos modernizar nossas práticas de atenção em saúde, visando um atendimento mais qualificado aos nossos usuários, bem como adotar práticas sustentáveis de atuação. Temos como calcanhar de Aquiles nosso serviço de prontuários do cidadão, em papel, e com mais de 20 mil registros. Em tempos de escassez de recursos, em que há dificuldades em se manter as Universidades Federais de portas abertas, precisamos lançar mão de um multimodal de fontes de recursos para mantermos esta casa de 113 anos de prestação de serviços à comunidade viva. Através de emendas parlamentares, conseguimos recursos para as alterações estruturais, de reforma e individualização de consultórios odontológicos, bem como para a aquisição de equipamentos de radiologia digital, sem a necessidade de insumos químicos de revelação, e de computadores para a informatização das clínicas. Depois disto, pudemos avançar para a criação de um Prontuário Eletrônico do Cidadão, através de um projeto unificado com ações de pesquisa, e da contratação de um Bolsista de Desenvolvimento da Unidade para sua criação. Hoje temos nosso Sistema de Acompanhamento Acadêmico "Oxigênio", que é muito mais que um prontuário eletrônico, mas uma importante ferramenta de acompanhamento de ensino, em funcionamento piloto desde março em dois componentes curriculares e de extensão, com implementação completa prevista para o início do próximo semestre letivo. Também importante salientar que o servidor que hospeda o sistema foi adquirido por projeto de extensão de nossa unidade que capta recursos externos, como contrapartida à instituição. Por fim, a gestão de uma Universidade Pública precisa ser inovadora, condizente com a realidade contemporânea, precisa valorizar o fazer público, precisa respeitar nossos agentes públicos, e uso com exemplo para isto o artigo 117, inciso III, da lei 8.112, em que é proibido recusar fé a documentos públicos, e precisa ter a clareza de que nossa atividade fim é a excelência na formação cidadã e técnica de nossos estudantes!!! Obrigada." A Senhora presidente agradeceu ao Professor Fábio. De imediato, a Senhora presidente passou a palavra ao Professor Fábio Vergara Cerqueira. O Professor Fábio Vergara Cerqueira falou que antes de exercer os seus dez minutos de fala gostaria de levar uma questão de ordem. A Senhora presidente perguntou qual seria o artigo infringido. O Professor Fábio Vergara Cerqueira disse que esperava que, após a solicitação dos estudantes do EaD, ainda em julho, com relação ao fato de que eles não conseguiram entrar na representação do CONSUN, que esse tema viria na primeira reunião do Conselho a ser realizada. Falou que eles haviam feito um pedido no dia 20. A Senhora presidente pediu desculpas, mas informou que aquele tema não estaria em pauta. O Professor Fábio Vergara Cerqueira disse que a resposta que havia sido dada seria de que não seria da competência da presidência do Conselho Universitário, se manifestar sobre aquela questão. O conselheiro disse que gostaria de fazer uma pergunta para aqueles que entenderiam de normas e regimento, se não competiria ao CONSUN avaliar aquela questão. Falou que não iria ocupar o tempo lendo tudo, mas que impactaria, porque o tempo todo haviam ouvido sobre a questão da importância da participação do voto do aluno EaD, e quando havia chegado o momento deles quererem participar, de terem visibilidade e voz, ele havia sido apagado e essa possibilidade de participação não havia sido dada. A Senhora presidente sugeriu que fosse protocolado o assunto para que dessem o devido encaminhamento, convidando o Professor para fazer a sua fala, retomando a exposição de currículos e programa de gestão. O candidato iniciou sua fala dando boa tarde a todas e todos apoiadores de todas as chapas que

havia participado do processo e disse que estava ali falando naquele momento, em uma situação que normalmente. Naquele momento o candidato interrompeu a sua fala e perguntou se seria possível recomeçar o seu tempo, e solicitou que não ocorresse perturbação visual durante a sua fala. O pedido foi acatado e o candidato Fábio Vergara Cerqueira reiniciou a sua fala, que durou 10 minutos, conforme segue: *"Bem, retomando a palavra, quero agradecer a todos pela possibilidade de falar. Gostaria de começar dizendo que, em toda a minha trajetória política e acadêmica dentro da universidade, jamais imaginei que estaria apresentando uma candidatura no conselho universitário. Mas essa foi a medida que se impôs como legítima, como necessária, tendo em vista que tivemos um processo de consulta cujo resultado final foi inconclusivo do ponto de vista matemático e gramatical. Parece que algumas pessoas não frequentaram a aula em que se aprende o que é um complemento nominal, pois dizer que é preciso ter mais de 50% dos votos válidos não é a mesma coisa que ter mais de 50% dos votos. Bastaria ter 50.000 qualquer coisa para ser mais de 50%. Mas, para ter mais de 50% dos votos válidos, é necessário, além disso, mais um voto válido, o que não aconteceu. Portanto, o resultado foi inconclusivo. Além disso, sabemos que a comissão eleitoral e a junta eleitoral identificaram um problema sério com relação às listas. Quero dizer que estive sob a presidência de todos os reitores que administraram esta universidade neste milênio. Protesto contra o fato de não se permitir a voz da comissão eleitoral e da junta eleitoral, tendo em vista que, no início, foi evocado um suposto resultado na consulta para legitimar uma suposta vitória que não aconteceu. Finalizando essa parte da minha fala, quero dizer que foi uma experiência muito difícil sob vários aspectos, porque acredito que nenhuma universidade federal do Brasil, em sua história, viu acontecer em um processo de escolha o que aconteceu aqui. O gabinete do ódio foi utilizado como tática política ao longo de meses e meses, num processo de destruição da reputação das pessoas. Deixando esse aspecto de lado, percorri a universidade, debati o programa e conversei com todos os segmentos. Uso com orgulho esta camiseta de professor de História, que meus estudantes me ofereceram gentilmente. Tenho muito orgulho dos 2.500 estudantes que já passaram pelas minhas aulas, e muito apreço por essa relação, que é a base da minha existência aqui na universidade. Sobre o debate de programa, gostaríamos de ter aprofundado muito mais, mas, infelizmente, a condução dessa eleição, ao longo dos meses, nos desviou do que era mais importante: ter feito um debate respeitoso e programático. Mas me apresento aqui, então, como candidato a vice-reitor, defendendo as propostas que trouxemos, especialmente no que compete à Vice-Reitoria, como a orquestração das políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Quando falamos de ensino e pesquisa, falamos tanto de graduação quanto de pós-graduação. Também nos referimos à melhoria das condições operatórias da cadeia do conhecimento, promovendo a melhor formação possível para nossos estudantes e criando as melhores condições para que nossos docentes realizem seus objetivos de carreira acadêmica, seja no ensino, na extensão ou na pesquisa, em níveis local, nacional e internacional. Proporcionar aos técnicos administrativos as condições mais respeitadas de trabalho e valorização também significa incluir essa categoria de maneira significativa na cadeia do conhecimento. Ao longo desse processo eleitoral, fizemos menos do que deveríamos ter feito para nos apresentarmos, então aproveito essa oportunidade. Muitos já me conhecem, mas outros não, e gostaria de compartilhar minha trajetória e explicar por que acredito que minha candidatura a vice-reitor é legítima para o grupo da Frente Ampla. Sou o Fábio, tenho 57 anos, quase 58, nasci em Porto Alegre, sou pai do Castro e da Mariana, e, há duas semanas, me tornei avô do Jamal, o que ressignifica minha trajetória de vida. Sou professor desta universidade há 33 anos e, ao longo de todo esse tempo, minha identidade de gênero e sexualidade, que hoje é denominada LGBTQIA+, me acompanhou o tempo todo. A construção da minha*

carreira acadêmica se deu paralelamente ao enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências, coisas que se repetiram agora durante o processo eleitoral. Antes mesmo de entrar na faculdade, já tinha paixão por estudar e vivenciar coisas muito variadas, desde museus e artes até música e idiomas estrangeiros. Antes de entrar na universidade, já havia estudado várias línguas, como inglês, francês, alemão e italiano, e depois aprendi grego antigo e moderno. No entanto, acabei optando pelas ciências do passado e me graduei em História na UCPel, em 1989. Fiz doutorado com pesquisa na área de Arqueologia, porém com ênfase em Antropologia, na USP, com estágio de pesquisa na Escola Francesa de Atenas, onde participei de campanhas arqueológicas. Portanto, me apresento como historiador e arqueólogo, apesar de ter formação também em Antropologia. Durante minha trajetória, desenvolvi projetos de grande impacto, como o inventário do doce, que resultou no reconhecimento do doce como patrimônio cultural. Além disso, me dedico ao ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e minha maior paixão é dar aulas. Tenho uma relação especial com os alunos dos dois primeiros semestres, e essa interação me traz muita satisfação. Na área de pesquisa, atuo em duas áreas principais: Antiguidades, com foco na iconografia da música, e Patrimônio Cultural. Também sou pioneiro no Brasil ao iniciar uma nova área, a Arqueologia da Música. Como gestor, me envolvi com a criação de cursos como Museologia, Conservação e Restauro, Arqueologia e Antropologia, além de ter contribuído para a fundação do Programa de Mestrado e Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural, um programa de excelência na América Latina. Sou pesquisador nível 1A do CNPq e pesquisador da Fundação Humboldt, na Alemanha, na área de Arqueologia. No âmbito da internacionalização, tive experiências em instituições como a Escola Francesa de Arqueologia de Roma e a Escola Francesa de Atenas. Fui também pesquisador residente na Escola Francesa de Roma e no Instituto Jean Berard, em Nápoles. Estou compartilhando essas experiências para mostrar como elas abrem nossa mente para pensar em alternativas e caminhos. Essa longa trajetória me trouxe muitos aprendizados, e acredito que podemos fazer muitas coisas de forma diferente na universidade, especialmente em termos de ensino, pesquisa e extensão. Nós trouxemos propostas para flexibilizar mais a formação, integrando experiências de ensino presencial e a distância, como a oferta de disciplinas optativas em conjunto entre diferentes universidades. Temos excelentes exemplos disso, mas infelizmente não terei tempo para abordar todas essas questões. Meu tempo aqui está se esgotando, então, quero agradecer pela atenção e convido todos a refletirem sobre o significado da escolha que faremos, tanto para reitor quanto para vice-reitor. Considerem, por favor, um voto nas candidaturas da Frente Ampla, entre elas, a minha candidatura a vice-reitor. Muito obrigado, reitora." A Senhora presidente agradeceu ao Professor Fábio, passando a exposição de currículo e programa de gestão da Professora Julieta Maria Carriconde Fripp. O conselheiro Mateus Ávila Tavares se manifestou solicitando a retirada dos cartazes alocados na sala porque eles tratavam de ataques a imagem das pessoas. Disse que acreditava que seria justo que fossem retirados para que mantivessem um clima tranquilo e respeitável. O conselheiro agradeceu. A Senhora presidente agradeceu ao conselheiro Mateus, informando que os cartazes já estariam sendo removidos. A Senhora presidente também parabenizou e agradeceu aos estudantes pela compreensão. Na sequência, a Senhora presidente passou a palavra à Professora Julieta Maria Carriconde Fripp, para a exposição de currículo e programa de gestão. A candidata Julieta Maria Carriconde Fripp fez a sua fala, durante 10 minutos e 22 segundos, conforme segue: "Boa tarde a todas e todos. Gostaria de cumprimentar a presidência da mesa, professora Isabela Andrade, reitora da UFPel. Saúdo os conselheiros, colegas diretores, docentes representantes das categorias titular, associado, adjunto, assistente e auxiliar, conselheiros técnico-administrativos, conselheiros discentes e conselheiros da comunidade externa.

Estou hoje aqui neste conselho apresentando a minha candidatura para reitora da Universidade Federal de Pelotas e não poderei me furtar de manifestar o meu lamento diante do aceleramento por parte da Magnífica Reitora em convocar os nobres conselheiros para constituição, apreciação e votação das candidaturas de reitor ou reitora que comporão a lista tríplice a ser encaminhada para a presidência da república, diante de um contexto onde a eleição na comunidade ainda não foi concluída, conforme ata assinada pela comissão e junta eleitoral e pelas candidatas aqui presentes. Tal ata aponta que não houve vencedores (empate matemático) e que existe necessidade de realizar auditoria externa da urna online onde votaram os estudantes, tal auditoria está ainda em curso. Neste sentido nos causa estranheza a manifestação de vitória por parte de uma candidata. Estou aqui colocando meu nome a disposição pela democracia e respeito aos ritos democráticos que norteiam a escolha de reitor e reitora há décadas na nossa universidade, organizado pelas entidades representativas. Minha trajetória na Universidade Federal de Pelotas, está entrelaçada com toda a minha trajetória de vida e biografia. Sou graduada em medicina, e fiz minha residência em clínica médica na leiga FAMed, mestrado profissional no programa de pós graduação em epidemiologia FAMed UFPel e doutorado em ciências na faculdade de enfermagem UFPel. Na qualidade de servidora técnica administrativa, ocupei o cargo de diretora/ superintendente do hospital escola da UFPel eleita pelos meus pares. Sou docente categoria adjunto do departamento de clínica médica e atualmente, estou diretora da faculdade de medicina que possui 3 cursos: medicina, psicologia e terapia ocupacional. Fui eleita diretora por meus pares, com ampla participação da comunidade de docentes, taes e discentes em contexto paritário. Em minha trajetória profissional e de gestora sempre tive a preocupação com a democracia e com o bem comum, colocando as pessoas no centro do cuidado. Captação de recursos, gestão de pessoas, desenvolvimento e qualificação de espaços acadêmicos e assistências, tem sido minhas marcas e legados. Quando fui diretora do hospital escola, liderei maior salto estrutural e de acréscimo orçamentário naquela instituição, passando de pequeno para médio porte em 2014, com a duplicação os valores de contratualização, de 1,3 milhões para 2,6 milhões por mês, agregado a aprovação de concurso público para mais de 1000 vagas via Ebserh/MEC. Cabe destacar que na minha gestão no HE, no governo Dilma, aprovamos os recursos para a construção de um novo hospital escola de grande porte, com 3 blocos. As obras do bloco 3, centro de oncologia contratadas em 2015, foram concluídas em 2020 e o serviço está em pleno funcionamento. Ainda sobre o novo HE, participei em 2023, ativamente em movimento nacional e contribuí para captação de votos na plataforma brasil participativo, que culminou com destinação de 265 milhões para construção de mais 2 blocos, em estrutura que terá 270 leitos. Como gestora articulada em âmbito nacional, a partir da nossa vocação no HE desde 2005 com o pidi (programa de internação domiciliar interdisciplinar) contribuí para a criação da política nacional de atenção domiciliar, programa melhor em casa, criado no governo Dilma em 2011, serviço este que cuida de pessoas adoecidas e fragilizadas em domicílio com equipe interprofissional. Em 2023, pela experiência na cuidativa - centro regional de referência em cuidados UFPel e formação na área, liderei o movimento social nacional frente paliativistas que, via conferências de saúde e brasil participativo (implementado pelo governo lula), movimentou a criação da política nacional de cuidados no sus, com a injeção de 887 milhões de reais para habilitações de serviços e equipes no sus. Como diretora da FAMed, em contexto de recursos exíguos da matriz para as unidades acadêmicas, nosso mandato gestão chamado nossa voz, tem trabalhado para melhorar as condições de estudo e trabalho, através de estratégias de engajamento de ações para o bem comum e pertencimento, incluindo a qualificação de salas de aula, das ubss e ambulatórios, espaços de convivência, alimentação e diretórios acadêmicos. Nossos egressos retornaram a

FAMed para ajudar na revitalização do prédio histórico e resgatar a nossa história dos seus 60 anos, lançamos o livro uma casa chamada leiga, que hoje abriga em torno de 1000 estudantes, 125 docentes e 110 taes nos cursos de medicina, psicologia e terapia ocupacional. Nossos 3 cursos possuem uma das menores evasões e maiores taxas de permanência estudantil, na contramão do contexto geral de cursos da ufpe. Nos últimos 2 anos, o curso de medicina famed tem melhorado sua performance em indicadores gerais por órgãos independentes e também no mec. Pela primeira vez na história no índice geral de cursos de medicina da folha de são paulo o curso de medicina da FAMed UFPel ficou entre os 10 melhores do país e isto será anunciado ainda no mês de outubro. Na qualidade de candidata a reitora construí, junto ao coletivo frente ampla composto por docentes, taes, estudantes e comunidade externa, um programa alicerçado em quatro princípios: democracia participativa, cuidar das pessoas, acesso-pertencimento-inclusão e permanência, meio ambiente e sustentabilidade. Nossas propostas trazem na sua essência o diálogo e acolhimento às demandas da nossa comunidade da UFPel. Respeito a democracia e autonomia acadêmica institucional, em especial com colegiados de cursos que sofrem por excesso de demandas e baixo respaldo institucional. Pretendemos ampliar olhar sobre o que mais importa que são as pessoas, em todos os ambientes da UFPel. Vamos sim estar ao lado e ajudando todas as iniciativas e projetos que visam qualificar o ensino, a pesquisa, a extensão, a inovação e a internacionalização. Irei buscar caminhos para dialogar com ministérios, com a sociedade e com parcerias para captação de novos recursos será minha prioridade, e minha história de gestora mostra isso. Não podemos admitir que a inclusão e acessibilidade fiquem em segundo plano, sim vou criar a pró reitoria e inclusão, saúde e ações afirmativas, não deixaremos ninguém para trás. Assistência estudantil de qualidade garante permanência, nossos estudantes sofrem por insegurança alimentar, transporte insuficiente, moradia para poucos e ausência de cuidados em saúde física e mental. Sim vamos captar recursos junto ao governo federal para construção de casa de estudante (mais de uma) própria, assim sobrarão mais dinheiro de custeio, hoje gasto com aluguel, para aplicar na matriz das unidades acadêmicas e outras demandas cotidianas não atendidas. Sim, vamos implementar o cisu (centro integrado de saúde universitária) que terá atendimento médico, psicológico, enfermagem, psiquiatria, dentista, serviço social, terapia ocupacional e fisioterapia. Vamos cuidar da saúde física e mental das pessoas também com estratégias de promoção à saúde com qualificação de espaços de convivência, piscinas, atividades de esporte e lazer. Estarei nos primeiros dias de gestão construindo agendas com mec e ministro camilo e também com presidente luis inacio lula da silva, para dialogar sobre muitos passivos relacionados a matriz de servidores docentes e técnico-administrativos, após o aumento de cursos via reuni. Sim vamos buscar de forma incansável mais códigos de vagas docentes para os cursos ainda não consolidados e também para aqueles cursos e unidades que perderam muitos códigos em função de matrizes - "cobertor curto". Isso se aplica também para os taes, cujo déficit nas unidades acadêmicas é brutal, para exemplificar, antes do reuni eram 1400 taes com cerca de 60 cursos, atualmente menos de 1200 para 100 cursos, esta discrepância tem causado muitas sobrecargas de trabalho tanto para servidores taes (muitos já adoecidos), quanto para os docentes que precisam assumir tarefas não relacionadas a suas atribuições de origem. Vamos trabalhar para que todos os colegiados e programas de pós graduação tenham servidores taes integrados no ambiente de trabalho. Sim vou dialogar desde o primeiro dia da minha gestão com todos os diretores das 22 unidades acadêmicas a fim de entender suas realidades e demandas, com vistas a apoiar e estar junto na busca por recursos e projetos que possam qualificar a infra estrutura predial, de salas de aula, laboratórios e equipamentos. Não podemos admitir interdição de estruturas importantes para a formação acadêmica sem a devida atenção e priorização. Saúde,

humanas, exatas e agrárias – todas as grande áreas importam. Combateremos toda e qualquer violência social e institucional, incluindo fake news e law fare. Por fim considerando o impacto regional, estadual e nacional que a universidade federal de Pelotas carrega na comunidade, meu programa de gestão estará dialogando permanentemente com a sociedade, para crescermos juntos para formar pessoas com compromisso social." A Senhora presidente agradeceu a Professora Julieta, passando a exposição de currículo e programa de gestão da Professora Tamara Leitzke Caldeira Beskow. O conselheiro Daniel de Alvarenga Berbare solicitou manifestação sobre questão de ordem, referente a fala anterior do Professor Fábio Cerqueira, que ele não havia citado um artigo, que seria o artigo 17, parágrafo quarto. A Senhora presidente agradeceu ao conselheiro Daniel. Na sequência passou a palavra a Professora Tamara Leitzke Caldeira Beskow. O conselheiro Javier Eduardo Luzardo se manifestou, dando voz ao conselheiro Daniel, que havia acabado de se manifestar, dando uma boa tarde a todos. O conselheiro falou que seu nome era Javier Luzardo, para quem não o conhecia, disse que ele era Diretor do Centro de Integração do Mercosul, falou que ele acabava de citar, por uma questão de ordem, o artigo 17, parágrafo quarto, referente ao que integrava o Conselho Universitário. Falou que seria uma questão importante para que pudessem dar sequência posteriormente a votação. A Senhora presidente falou que o regimento que estava na página da Universidade, como era de conhecimento de todos, ele ainda era da época da ditadura militar. Falou que aquele artigo havia sido suprimido em uma nova resolução da Universidade, em um ato posterior do Conselho Universitário. Falou que tinham conhecimento daquilo porque estavam fazendo uma revisão de todas as resoluções da história da Universidade, e que esperavam entregar a Instituição até o final da gestão. A Senhora presidente disse que iriam dar continuidade e solicitou que tentassem finalizar as apresentações, passando a palavra a Professora Tamara Leitzke Caldeira Beskow. A candidata Tamara Leitzke Caldeira Beskow fez a sua fala, durante 9 minutos e 44 segundos, conforme segue: *"Boa tarde. Sou Tamara Beskow, natural de Pelotas, Engenheira Hídrica, com mestrado em Recursos Hídricos e doutorado em Ciências com Ênfase em Conservação do Solo e da Água, formada pela Universidade Federal de Pelotas na graduação e pós-graduação. Desde 2017 sou docente dessa Instituição, atuando no Centro de Engenharias nas áreas de topografia e saneamento. Atuo também, desde 2019, no Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, e me encontro no segundo mandato como coordenadora. Faço parte da lista tríplice da chapa Frente Ampla, representando um dos quatro pilares do Programa de Gestão: meio ambiente e sustentabilidade. Essa nos é uma pauta cara, pois as Instituições de Ensino desempenham um papel fundamental na formação de consciências e na promoção de práticas sustentáveis, sendo espaços de ensino, extensão, pesquisa e inovação que promovem o desenvolvimento de soluções para os desafios ambientais atuais, como a crise climática. No contexto da crise climática, é importante destacar que o estado do Rio Grande do Sul tem enfrentado, de forma recorrente, eventos meteorológicos extremos, ocasionando cheias e inundações cada vez mais frequentes. Um exemplo disso é o evento ocorrido em maio deste ano, que assolou dezenas de municípios gaúchos, dentre eles, Pelotas. A localização do município o torna especialmente vulnerável à crise climática porque cerca de 2/3 das águas que escoam pelo Rio Grande do Sul, assim como parte do Uruguai, passam por aqui rumo ao Canal da Barra de Rio Grande e Oceano Atlântico. Portanto, a Universidade Federal de Pelotas tem, mais do nunca, a missão de protagonizar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação que busquem a resiliência regional no enfrentamento à crise climática. Uma amostra do nosso potencial foi a atuação de cerca de 30 profissionais (docentes, técnico-administrativos em educação e estudantes) junto à sala de situação da Prefeitura de Pelotas e ao gabinete de crise regional da Defesa Civil.*

Fizemos um trabalho de assessoria técnica que se tornou referência de sucesso pela integração entre a ciência, o poder público e as forças de segurança. Trabalho esse que tive a honra de coordenar. Com isso, destaco que um dos pontos fortes do nosso Programa de Gestão é a consolidação de um Comitê Científico de Eventos Extremos, para institucionalizar ações como essa que mencionei e, também, as representações junto à sociedade e instituições. Nessa temática, outro ponto que nos é caro é o fortalecimento institucional do Centro de Pesquisas e Previsões Meteorológicas (CPPMet), que embora já tenha demonstrado a sua relevância para a zona sul do Estado, certamente atingirá potencial pleno com a reativação do radar meteorológico e com as parcerias necessárias para mantê-lo em operação. No nosso Programa de Gestão também abordamos a problemática dos licenciamentos ambientais dos Campi e a urgente demanda pela coleta, transporte e tratamento adequados do esgoto produzido no Campus Capão do Leão. Versamos também sobre a implementação de um sistema de empréstimos de bicicletas para deslocamentos entre prédios da UFPel, na promoção à sustentabilidade. Reforçamos nosso compromisso para com a coleta e destinação final adequada de resíduos de laboratório e, também, com a segregação e destinação dos resíduos sólidos orgânicos e recicláveis produzidos em nossas atividades. Essas e outras propostas do eixo de meio ambiente e sustentabilidade foram amplamente discutidas e, posteriormente, elaboradas, por um grupo de trabalho que reuniu dezenas de docentes, TAEs, estudantes e profissionais externos à UFPel. E tivemos a oportunidade, então, de apresentá-las à comunidade acadêmica durante as campanhas de 1º e 2º turno da Consulta Informal. Por falar em Consulta Informal, cabe destacar que o Programa de Gestão apresentado pela chapa Frente Ampla obteve a expressiva votação de 44,24% no 1º turno e que, as duas chapas de oposição (Frente Ampla e Raízes UFPel) juntas totalizaram cerca de 58,92% dos votos, indicando o anseio da comunidade acadêmica por renovação e mudança. Cabe destacar ainda que, no 2º turno, mesmo com a intensificação dos ataques de ódio e das campanhas caluniosas e difamatórias, a chapa Frente Ampla saiu vitoriosa nas categorias docente e TAE, com respectivamente 51,22% e 58,37% dos votos válidos, e fez, novamente, um número significativo de votos na categoria dos estudantes, com 40,41% dos votos válidos. Tais percentuais, na paridade, representam um total de 49,9974% para a Frente Ampla contra 50,0026% para a Multi. Nas últimas semanas, algumas explicações nas redes sociais foram usadas na tentativa de comprovar a existência ou não de vencedor no segundo turno da Consulta Informal. O cálculo dos percentuais das duas chapas concorrentes, com base na paridade dos votos, pode ser feito de diferentes formas, mas todas devem conduzir ao mesmo resultado numérico: 50,0026% para a Chapa 20 e 49,9974% para a Chapa 10. Não há, portanto, divergência em relação aos valores e, sim, quanto a sua interpretação. 0,0026% dos votos acima dos 50% corresponde a 0,6 votos de um estudante, não corresponde a um voto inteiro de um estudante. Isso se nós considerarmos que apenas a categoria dos estudantes pode sozinha definir o critério de desempate entre as duas chapas. Se nós considerarmos o princípio da paridade esse percentual para declaração de chapa vencedora precisaria ser avaliado na média do peso percentual de cada voto, de cada uma das três categorias: estudantes, docentes e técnico-administrativo. E considerando a paridade, o princípio da paridade que nos é tão caro nessa universidade, essa diferença de 0,0026% representaria aproximadamente 0,1 voto a mais dos 50%. Então a questão que eu pretendo levantar aqui não é do valor do voto, é relacionada ao valor do voto que deve ser considerado para dar a vitória a uma das chapas, considerando o cenário de disputa acirradíssima no pleito. Ao adotar o valor do voto de uma única categoria para a tentativa de definir chapa vencedora, as outras duas categorias acabam sendo desconsideradas, ficando sem representação no voto de desempate. Assim, para não violar o princípio fundamental da paridade dos votos, o

correto seria utilizar o valor médio de um voto. Este valor é obtido por meio da média aritmética simples dos valores dos votos das três categorias, o que resultaria em 0,0231%, isso teria que ser a mais que 50%, para que não tivesse acontecido o empate. Dito isso e considerando a ata assinada pela Comissão Eleitoral e por ambas as chapas, é no mínimo estranho que a chapa que fez 50,0026% dos votos (o que não representa 50% +1) se autoproclame vencedora da Consulta. E mais ainda, que seja lançado o Edital e que essa reunião seja convocada com o intuito de referendar o resultado em favor da chapa da situação. E isso tudo enquanto a urna eletrônica, que sabidamente excluiu 1069 estudantes, passa por auditoria externa. Além de representar aqui nesse processo o pilar do meio ambiente e da sustentabilidade, eu tomo para mim a missão de representar meus colegas servidores que, assim como eu, tem uma vida inteira de Universidade Federal de Pelotas pela frente. Me concursei como docente do quadro efetivo dessa instituição aos 26 anos de idade e, agora com 33, observo com apreensão esse momento político que estamos vivendo. Está em curso um golpe que sela um modelo de gestão marcado por opressão e práticas persecutórias, onde não se pode exercer oposição sobre pena de se ter uma vida profissional e pessoal brutalmente manchadas por injúrias, calúnias e difamação. Um modelo de gestão - ou posso dizer projeto de poder. Finalizo a minha fala nos levando a questionar que Universidade queremos? Queremos uma UFPel acolhedora e respeitosa ou queremos uma UFPel opressora e persecutória? Queremos uma UFPel que promova as relações pessoais e o bem-estar no ambiente de trabalho ou uma UFPel polarizada, que segrega e exclui por não ser amigo da gestão? Queremos uma UFPel que promova a democracia participativa ou uma UFPel que te telefona insistentemente para benefícios em troca do voto e, assim, garantir o projeto de poder? Com isso agradeço a atenção de todos. Obrigada." A Senhora presidente agradeceu a Professora Tamara, passando a exposição de currículo e programa de gestão do Professor Uemerson Silva da Cunha. O candidato Uemerson Silva da Cunha fez a sua fala, durante 10 minutos e 20 segundos, conforme segue: "Magnífica Reitoria, Senhoras Conselheiras e Senhores Conselheiros e demais pessoas presentes. Sou Engenheiro Agrônomo formado pela FAEM em 1999, com Mestrado em Fitossanidade em 2001 (PPGFs/UFPel) e Doutorado em Entomologia pela USP/ESALQ. - Posse como prof. adjunto em agosto de 2008, sendo 16 anos completados na função, passando a titular neste ano. - Coordenador do PPGFs (4,5 anos) - primeiro grande desafio 8 meses da nomeação, sem experiência e com muita vontade de fazer o melhor- recebendo o PPG com conceito 4 (escala até 7) e ao final encerramos com conceito 5 viés para 6. Atualmente conceito 6, nível internacional. - Chefia de Departamento (4,5 anos) Participação em várias Instâncias e Comissões. - Membro do CONSUN representando prof. Classe D (Associado) - (ago 2022 à ago 2024) - Coordenador do Curso de Agronomia: maior Curso da UFPel, com 878 estudantes matriculados. Plano de Gestão da Frente Ampla Quatro os princípios gerais que fazem convergir nossa visão de uma nova UFPel: 1) Cuidado com as pessoas O cuidar das pessoas está mesmo na nossa gênese e foi o principal motivo para que esse coletivo se reunisse. Nós acreditamos que as pessoas da comunidade da UFPel são a sua principal riqueza e devem ser valorizadas como tal. São inúmeras as manifestações de estudantes, técnico-administrativos em educação e docentes que estão se sentindo abandonados, sobrecarregados e adoecidos. Acreditamos que só seremos capazes de construir uma Universidade melhor se nossas pessoas se sentirem acolhidas, cuidadas e realizadas no exercício de suas atividades. Nesse cenário, a potência produtiva de todos será amplificada e, trabalhando de forma coletiva, seremos capazes de gerar impactos cada vez mais relevantes para a nossa vida e para a nossa comunidade. 2) Democracia participativa Se por um lado precisamos cuidar das pessoas, por outro precisamos ampliar as oportunidades para que estas pessoas sejam parte ativa e central nos processos decisórios na

Universidade. Não basta fazer reuniões para comunicar decisões previamente tomadas. Precisamos trazer a inteligência coletiva de nossa comunidade para definir os rumos de nossa instituição. Quem pensa diferente não pode ser considerado um inimigo. No campo democrático, o diálogo fraterno com toda a comunidade é essencial e quem está na gestão é gestor de toda a comunidade universitária e não apenas dos amigos e apoiadores. É nessa diversidade de pontos de vista que construiremos, juntos, as melhores decisões para a UFPel do futuro 3) Meio ambiente e sustentabilidade Essa é uma questão que precisa deixar de aparecer apenas nos discursos e passar a fazer parte das políticas estratégicas da instituição. Precisamos contribuir de forma mais expressiva no combate à crise climática, precisamos ser mais ativos na defesa de nosso Bioma Pampa, precisamos ampliar a nossa influência nos processos decisórios municipais, regionais, estaduais e federais que tratam do tema. Temos que ser um coletivo ativo, forte e articulado na defesa do meio ambiente e temos que ter políticas eficientes na defesa da sustentabilidade. Estamos muito atrasados nestas tarefas e urge uma mudança drástica de direção. 4) Qualificação das políticas de acesso e de permanência estudantil. Hoje, a UFPel tem pouco mais da metade dos alunos que já teve em um passado recente; e isso é só um sinal de que estamos falhando, e muito, nas políticas de permanência estudantil. Por um lado, urge maiores investimentos em moradia estudantil, nos restaurantes universitários, no transporte, na ampliação do apoio a nossos estudantes com deficiência e no suporte aos estudantes em EAD Assim, o Plano de Gestão para 2025-2028, com esses quatro princípios, e elaborado por vários GTs, das mais variadas áreas, foi amplamente divulgado e discutido, durante mais de "longos" 4 meses de campanha eleitoral, seja em salas de aulas, ou online, com milhares de estudantes de todos os Cursos, em reuniões com servidores Técnico-administrativos em Educação e com servidores Docentes. Resgate histórico do processo desde a inscrição das chapas Conforme determinado em Edital da COE/Junta, as inscrições das Chapas deveriam ocorrer dia 29/04, de forma presencial, na Sede da ADUFPel. Para nossa surpresa, um protesto virulento, antidemocrático, inclusive com participação de membros da gestão, como alguns pró-reitores, que por sua vez amplificaram a animosidade daquilo que era para ser algo natural e democrático, acabou impedindo as inscrições conforme previsto inicialmente. Assim, dado ao bloqueio ao acesso à sede da seção Sindical, a decisão encontrada pela Junta e COE foi de que as inscrições deveriam ser realizadas por e-mail a partir das 14h daquele mesmo dia (29/4), o que foi feito pela Frente Ampla às 14:01h, seguido pela Chapa Multi e Chapa Raízes. Etapa de inscrição consumada, indicando de forma inequívoca a anuência das 3 Chapas concorrentes com o que previa o Edital da Consulta Informal, o que deveria obedecer ao rito normal até o fim, com total RESPEITO às Entidades envolvidas no Processo. Dos processos de votação em 1º e 2º turnos: Então, no primeiro turno, conforme a professora, Tamara já se salientou. Não é, é. Nós tivemos 44,24% dos votos. Não é sendo não é AA chapa vitoriosa naquela ocasião no primeiro turno. A vale destacar aqui, Na Na urna presencial, a frente ampla obteve 57,39% dos votos válidos de estudantes, né? Que representa uma mostra só para dar uma ideia de 3% dos votos dos antes dos é dos votos válidos. Da classe durante o um segundo turno realizado 17 os outros setembro. A nós obtivemos 58 com 37% dos votos dos servidores técnico, administrativos e 51,22% dos votos em docentes, sendo que estudantes 40,41. É votos. É, tá, não total isso resultou. Não é 50? Nos 2 anos zero, 50,00. Na urna presencial no segundo turno. A frente ampla obteve 63,95% dos votos. Não é então só para chamar atenção que há 111 disparidade muito grande aí do que do que se obteve na urna presencial em relação a online? Isto posto, após a finalização da apuração de segundo turno, foi lavrada Ata da COE e assinada pelas representantes das duas Chapas (está com cada um dos Senhores e Senhoras), onde foi pactuado que não seria anunciada vitória de nenhuma das chapas, restando inconclusiva, e que a auditoria externa na

urna online deveria ocorrer, o que está em curso. Na sequência, a despeito de tudo que foi pactuado e assinado, a chapa representante da situação passou a se autoproclamar vencedora, inclusive estando a candidata no exercício da reitoria, o que foi deveras desrespeitoso, não só com a chapa opositora, mas com todo trabalho realizado pela COE/Junta e as Entidades Representativas das três categorias. Passados 6 dias do segundo turno, houve convocação da COE para reunião com representantes de ambas as Chapas, realizada dia 26/09 às 19:30h na Faculdade de Direito. A COE relatou sobre os trabalhos que vinham sendo realizados com vistas a conferência e auditoria das listas, anunciando que haviam constatado discrepância entre número de estudantes da lista impressa (presencial) em relação a lista encaminhada para a UFCSPA para alimentação do helios, cuja diferença foi de 1069 estudantes, de vários cursos, inclusive EAD. Diante de tais evidências, a COE anunciou aos representantes das duas chapas que uma auditoria seria realizada por empresa especializada, não havendo, portanto, possibilidade de anúncio de Chapa vencedora. Os estudantes e representantes da Chapa Multi retiraram-se da reunião antes mesmo de ser finalizada. Cabe ressaltar que o Processo de Consulta Informal à Comunidade da UFPel, conduzido pelas Entidades (destacando-se o papel da ADUFPEL e ASUFPEL) dá-se há cerca de 4 décadas, sempre de forma Democrática, com voto paritário, o que tem sido exemplo à outras Instituições, como a UFRGS, que apenas neste ano implementou Consulta à sua Comunidade, com voto paritário, dando às três categorias a mesma valorização do voto, ao contrário do que ocorre no âmbito do CONSUN em que as categorias dos TAEs e Estudantes tem peso de voto reduzido. "O Conselho Universitário (Consun) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) referendou, dia 19 de julho de 2024, a eleição com voto paritário e o resultado expresso na consulta à comunidade acadêmica realizada dia 15 de julho. Assim, a chapa 3, de Marcia Cristina Bernardes Barbosa (reitora) e Pedro de Almeida Costa (vice-reitor) saiu vitoriosa e obteve a maioria dos votos dos conselheiros". Assim, a UFPel, de modelo de democracia para escolha de seus dirigentes por voto paritário, que com muita luta se deu a partir da década de 80, passa a ser motivo de chacota e vergonha para a Comunidade como um todo, marcado por uma campanha repleta de ódio, de ataques sem precedentes aos membros da Chapa Frente Ampla, com divulgação de fakenews de modo massivo por toda cidade e nas diferentes Unidades da UFPel, por um grupo organizado de pessoas apoiadoras da Chapa Multi, algumas, inclusive, intituladas estudantes mas que nem faziam parte da UFPel. Cabe salientar, portanto, que repudiamos, veementemente, o uso de redes sociais e de qualquer meio digital ou impresso para atos vis, o que vivenciamos durante todo transcorrer do processo, especialmente contra a Professora Julieta. Em suma, o que hoje vivenciamos, uma Reunião extraordinária do CONSUN, diga-se de passagem extemporânea, convocada de forma açodada, desrespeitando as Entidades e o Processo de Consulta Informal em andamento pela COE/Junta. Por fim, mui respeitosamente, rogo para que este Egrégio Conselho possa tomar a decisão mais acertada, embasada na verdade dos fatos, sem levar-se por decisões açodadas na luta desenfreada pelo poder, que desrespeita e atropela o processo Democrático outrora construído a duras penas, por alguns que inclusive se fazem aqui presentes. Meu muito obrigado pela atenção dispensada." A Senhora presidente passou a exposição do currículo e programa de gestão da Professora Ursula Rosa da Silva. O conselheiro Daniel de Alvarenga Barbare solicitou manifestação sobre questão de ordem sobre o inciso quarto do artigo 17, que não haviam achado a resolução que o havia revogado. A Senhora presidente informou que a revogação estaria na Ata número 01 de 1980, do Conselho Universitário. O conselheiro Daniel de Alvarenga Barbare perguntou se era uma resolução ou uma ata. A Senhora presidente esclareceu que se tratava de uma decisão daquele Conselho Superior. A Senhora presidente passou a palavra a Professora Ursula Rosa da Silva. A candidata Ursula Rosa da Silva fez a sua fala,

durante 10 minutos e 22 segundos, conforme segue: "Primeiramente quero saudar os conselheiros e conselheiras, as pessoas que estão aqui na organização desta reunião, e as pessoas que nos assistem de forma on line, colegas de outras universidades, nossa universidade tem uma projeção nacional e isso é muito importante, obrigada pela audiência desta reunião que para nós tem uma grande importância institucional. Quero apresentar a minha formação e isso tem a ver com escolhas. Eu sou formada em Filosofia, entrei na universidade com dezessete anos, comecei a trabalhar com dezesseis, porque em Caxias do Sul não tinha Universidade federal então eu precisei trabalhar para pagar a universidade, porque meus pais não tinham condições financeiras. Para mim foi um orgulho poder ter feito esta formação, que foi uma formação interdisciplinar, porque participei, de disciplinas de outras áreas do conhecimento, como Letras, como História, como Comunicação e tive um grupo de estudo com o Direito de Hermenêutica. E também participei de projetos de extensão como por exemplo, um projeto com menores da FEBEM no contraturno, um projeto de criação de mudas no horto da universidade. Além disso, uma formação extracurrículo que foi muito importante que foi a participação no movimento estudantil, e num momento em que vivíamos numa época de final de ditadura, em que a expressão estudantil era dificultada, e nesse momento eu tive muita noção do que significava o poder da formação universitária e foi quando decidi ser professora, porque este espaço, além de ser um espaço de formação é um espaço de formação cidadã, prepara as pessoas para a vida e nesse sentido eu e senti muito preparada pela universidade que cursei. Após isso fiz um Mestrado em filosofia, na PUC/RS, enquanto ministrava aulas em escola pública em Viamão. Após o mestrado consegui ser aprovada em uma seleção pública para ministrar aulas na UCPel, onde trabalhei por três anos, com disciplinas de História da Filosofia, e Estudos Ético-antropológicos para diversos cursos, trabalhei de forma interdisciplinar, o que me deu uma experiência acadêmica importante. E fiz meu doutorado na área de História, para fazer um vínculo com as artes pois foi quando entrei no concurso, para dar aulas na UFPEL, no antigo ILA, fiz o concurso para ministrar a disciplina de Estética e Filosofia da Arte. Fiz o doutorado em história fazendo vínculos com as artes e abri uma linha de pesquisa em crítica de arte, bastante pioneira, o que me fez também propor na criação do Mestrado em Artes, junto com meus colegas, e pensar também numa linha de pesquisa em Formação Estética e ensino de arte, pensando na formação de professores. Fiz um segundo doutorado, em Educação, aqui nesta casa, o que muito me orgulha, porque fui coordenadora de curso e pensando justamente na necessidade que eu tive de me preparar para atuar como alguém que forma professores. Tendo uma responsabilidade na formação de pessoas e também para poder dialogar com os meus colegas na necessidade deste preparo para formar pessoas. Gostaria de fazer uma homenagem aqui ao meu orientador Gomercindo Ghiggi, que faleceu ontem e era um especialista em Paulo Freire. Quero citar aqui uma frase sobre algo que é importante na concepção freiriana, para quem o conhecimento sem a prática não tem sentido, porque para Paulo Freire, ele defendia uma "pedagogia do afeto", em ele dizia que "o professor precisa ser sensível à história de vida dos estudantes, considerando suas vivências, seus sofrimentos e cicatrizes. A partir dessa vivência, o conhecimento seria construído." O ensinamento de Paulo Freire sintonizou muito com uma demanda que eu tinha por um conhecimento específico na formação de professores, agradeço então a formação que tive desse doutorado nesta casa que me deu esta possibilidade. Eu acredito que nós temos passado, então falando em cicatrizes, no nosso país e na nossa universidade, por muitos fatos e momentos que estão deixando muitas cicatrizes em todas as pessoas. E com certeza é algo que precisa ser considerado pela próxima gestão. Uma gestão que necessita de muita aproximação e diálogo com nossa comunidade. Diálogo, resistência e determinação foram princípios que aprendi com a minha experiência como Diretora na Centro de

Artes e essa minha trajetória ali neste espaço me fez compreender também muitos aspectos de como uma universidade se organiza, então esta experiência minha como professora, pesquisadora e também tenho atualmente, há mais de quinze anos um grupo que trabalha com questões sobre o feminismo, o Caixa de Pandora, trabalhei também com extensão, desde que entrei na Universidade, com a aproximação tanto na Graduação quanto na Pós-graduação com as escolas, com a comunidade que é algo constante. Publiquei inclusive meu primeiro livro dentro da universidade a História da Arte em Pelotas, pensando em promover um espaço de pesquisa e de acesso aos professores e estudantes sobre a arte em Pelotas, isso também é um grande orgulho. E como gestora do Centro de Artes eu compreendi que nós precisamos entender este elo entre a estrutura, as demandas de espaço de laboratórios, equipamentos junto com a e parte pedagógica para garantir a qualidade, tendo consciência disso. Como vice-reitora me voltei a criação de programas que pudessem aprofundar este contato direto com a comunidade e as escolas, além de promover a discussão intensa de nosso projeto pedagógico institucional, nosso PPI, atualizando e colocando a universidade num cenário de sintonizar nossos projetos de formação universitária nas temáticas da inclusão, permanência, sustentabilidade, acesso afirmativo, internacionalização, inovação e qualificação da relação das pessoas em políticas internas que estão ali previstas como metas a se desenvolverem na próxima década. Também participei da criação da REGIES, que é a rede gaúcha de instituições para a educação sustentável, trabalhamos mais de dois anos, com outras dez instituições públicas, na criação desta rede, para consolidar, não apenas a questão da sustentabilidade, e do compromisso com as questões ambientais, mas aprofundar nos nossos projetos e nos projetos interinstitucionais as questões dos 17 objetivos sustentáveis, e em alguns mais especificamente que a gente necessita promover como a questão da igualdade de gênero, num país em que o índice de desigualdade ainda é muito grande, al [em das questões ambientais, a questão da água e a questão da pobreza que são que são índices que nós temos ali de baixo desenvolvimento nos projetos em ODS no país. Além disso participei da criação da rede de Bioma Pampa, junto com universidades de fronteira, que dá uma perspectiva de internacionalização para nós no Mercosul, e também uma responsabilidade com nossos projetos em sustentabilidade, meio ambiente e projetos sociais, além da questão da agroecologia. Apontando para o Futuro, temos um Programa de Gestão, baseado em um projeto de universidade Cidadã, sustentável, contemporânea e inclusiva. Ele foi elaborado com base em amplo diálogo estabelecido com professores, técnicos e estudantes, abrangendo significativamente o ambiente universitário. Programa construído com a comunidade acadêmica, porque não se faz nada sozinho. A proposta visa implementar melhorias e políticas para que a UFPel seja cada vez mais reconhecida pela qualidade da formação acadêmica e pela produção de conhecimento, comprometida com a diversidade, a inclusão, a justiça social, a inovação e a responsabilidade ambiental, e possa ser relevante para o desenvolvimento sendo regional, nacional e ainda ser referência internacional. Quero dizer que para a próxima gestão precisamos de prudência, serenidade mas também ousadia para honrar o compromisso firmado com a comunidade acadêmica. E esperamos honrar a história de 55 anos de nossa UFPel, defendendo a universidade pública, autônoma, gratuita." A Senhora presidente falou que dariam continuidade a reunião, passando ao próximo ponto daquele momento, que seria a questão do escrutínio único. Falou que, conforme o edital, somente teria seu nome levado ao escrutínio único no Conselho Universitário o candidato ou a candidata que tivessem a sua inscrição homologada pela Secretaria dos Conselhos Superiores e que estivesse presente na sessão do Conselho Universitário de que trataria o item 2.1, para a exposição de seu programa de gestão. Todos os candidatos e candidatas, que haviam se inscrito naquele pleito, apresentando candidatura para reitor(a)

ou para vice-reitor(a), estariam presentes naquela sessão e haviam feito a exposição na explanação dos seus currículos e programas de gestão. A partir daquilo, informou que passariam ao momento de votação. O conselheiro Álvaro Luiz Moreira Hypólito perguntou à Senhora presidente se não teriam um momento para se manifestar. A Senhora presidente esclareceu que o momento para manifestação, assim como ela já havia dito e como estava descrito no edital, quando lançado, e conforme haviam feito a exposição no começo da reunião, seria após a votação, realizando a leitura do item 2.4: "*Após a votação, será disponibilizada a palavra aos(às) conselheiros(as) que desejarem manifestar sua declaração de voto.*" O conselheiro Álvaro disse que aquilo não permitiria que a fala dele pudesse influenciar o voto de algum conselheiro e a razão de explicitar uma opinião seria aquela, por isso ele gostaria de falar antes. A conselheira Liliane Griep se manifestou dizendo que gostaria de exercer o direito dela de fala de dez minutos, conforme o artigo 30. A Senhora presidente falou que faria a leitura do artigo 30: "*Pela ordem, cada conselheiro poderá usar da palavra pelo prazo de 10(dez) minutos, em relação a cada matéria.*" Falou que, conforme o item 2.4 do edital, havia ficado estabelecido que as manifestações ocorreriam depois do escrutínio. Falou que naquela reunião não tinham uma matéria, que o ponto de pauta era a formação de listas tríplexes para reitor e para vice-reitor da Universidade. A Senhora presidente falou que, havendo discordância, poderiam colocar em votação se os conselheiros entenderiam que a palavra deveria ser aberta naquele momento ou se mantinham o que estava previsto pelo edital. A Senhora presidente colocou em votação o encaminhamento para que se mantivesse o que já estava previsto no edital, com a palavra sendo cedida após a votação. O encaminhamento foi aprovado com 37 votos a favor, 20 votos contrários e 1 abstenção. A conselheira Mara Beatriz Nunes Gomes falou que gostaria de declarar seu voto. A Senhora presidente falou que a declaração de voto seria feita na sequência da votação, como dito no edital. A conselheira Mara Beatriz disse que ficava muito triste de assistir, naquela tarde, aquele conselho não respeitar o regimento. Falou que conselheiros eleitos pelos seus pares haviam sido impedidos de se manifestar, contrariando o regimento da Universidade, e que aquilo era muito grave e sintomático, e que um edital não poderia se sobrepor ao regimento que era colegiado, que havia sido feito monocraticamente e que não havia sido discutido com aquele Conselho. A Senhora presidente agradeceu a conselheira e disse que gostaria de frisar que, além do edital ter definido aquilo, o Conselho havia votado, e por maioria, havia se decidido manter a fala logo após o voto. A Senhora presidente, dando continuidade ao processo, disse que passariam à votação, solicitando à equipe da Secretaria dos Conselhos que organizasse o espaço para o voto. Falou que as servidoras Priscila e Sabrina, da Secretaria dos Conselhos Superiores, estariam organizando o espaço. Explicou que ocorreria a chamada nominal de cada um dos conselheiros para exercerem o seu voto. Explicou que cada cédula teria, em um dos lados, todos os nomes dos candidatos inscritos para reitor ou reitora, e do outro lado, todos os nomes dos candidatos inscritos para vice reitor ou vice reitora, conforme a ordem de inscrição. O formato da cédula foi mostrado no projetor. A Senhora presidente salientou que, caso algum conselheiro ou conselheira marcasse mais de um nome em cada uma das colunas, o voto seria considerado nulo. Falou que na coluna da esquerda estariam deliberando sobre a escolha do próximo reitor ou reitora da Universidade e na coluna da direita estariam deliberando sobre a escolha do próximo vice reitor ou vice reitora da Universidade. O conselheiro Javier Eduardo Luzardo manifestou questão de ordem, dizendo que voltaria a insistir no artigo 17, parágrafo quarto, dizendo que haviam pego a ata de 1980, inclusive disse que na portaria, designando representação estudantil, não teria citação do parágrafo e o artigo 17, dizendo que não teria nada referente aquele tipo de instrução. O conselheiro Javier disse que a representação estudantil havia feito uma votação

aberta, indireta e apenas entre CAs e DAs cadastrados. Falou que aquilo significaria que não haviam feito uma representação em toda a Universidade Federal de Pelotas. Falou que, naquele sentido, questionava a legalidade pela qual o processo havia ocorrido. Daquela forma, disse que teriam representação dentro do conselho universitário de maneira irregular. A Senhora presidente falou que havia conversado com o procurador jurídico federal, junto a Universidade, e esclareceu que aquele era um tema que deveria ser encaminhado para a Procuradoria Federal, para análise e parecer, mas que, naquele momento, não caberia, naquele espaço, falando que aquilo ocorria há muito tempo, e que na ata 01 de 1980 o artigo estava revogado. O conselheiro Javier pediu vistas ao processo. A Senhora presidente falou que aquele tema não era matéria de ponto de pauta. O conselheiro Javier disse que não poderiam avançar de maneira legítima naquele processo de votação, onde representantes não estariam legalmente empossados. A Senhora presidente reiterou que aquilo não era ponto de pauta e que não havia sido encaminhado em momento algum, e que nunca havia sido questionado. O conselheiro Javier disse que estariam na primeira reunião após o ingresso dos discentes. A Senhora presidente disse que o ingresso dos discentes no Conselho havia ocorrido em julho de 2024. O conselheiro Javier disse que alertava pela ilegalidade do processo e que a representação estudantil não havia sido eleita de maneira secreta, como mandava a legislação e que não havia sido aberta para toda a Universidade. O conselheiro disse que aquela votação poderia definir o futuro de uma instituição, de uma autarquia federal. A conselheira Hellena Storch Vieira se manifestou dizendo que tinham o regimento do Conselho de Entidades de Base, que dizia que, na ausência do DCE, os Conselho de Entidades de Base teria legitimidade para deliberar a respeito de questões estudantis. Falou que, se aquela era a questão, eles teriam uma ata de posse para mostrar. O Conselheiro Daniel de Alvarenga Berbare disse que tinha uma questão de ordem. A Senhora presidente falou que, acerca daquela temática, o Estatuto da Universidade não discorreria acerca daquele tema, então mantinha a opinião de que não caberia a discussão acerca daquela temática naquele espaço. O Conselheiro Daniel de Alvarenga Berbare falou que havia sido encaminhado pela História EaD uma petição contra aquela representação, logo que ela havia sido nomeada, em junho. O conselheiro perguntou se aquela petição havia sido submetida à procuradoria jurídica, destacando que o conselheiro Javier havia citado o artigo 50, de pedido de vistas, do regimento da Universidade. A Senhora presidente falou que tinha conhecimento do artigo 50 do regimento e poderia até realizar a leitura para os conselheiros. Disse que o artigo ditava que, em plenário, qualquer conselheiro poderia requerer vistas do processo por 5 dias, improrrogáveis, no caso em que houvesse matéria, que seria discutida na sessão seguinte. Falou que o que tangeria naquele momento seria acerca daquela temática, e que não teriam matéria em discussão, não teriam um processo em apreciação, e sim teriam a formação de listas tríplexes para reitor e vice reitor da universidade. A Senhora presidente disse que entendia que não haveria matéria alguma a ser discutida, que não existia matéria que direcionasse para aquele pedido de vistas, naquele momento. O Conselheiro Alexandre Fernandes Gastal solicitou fala para que pudesse contribuir sobre o tema que havia dado ensejo ao último debate. O Conselheiro Alexandre falou que também comungava do entendimento de que não era uma questão que poderiam deliberar ali, disse que teriam que fazer uma consulta jurídica à procuradoria federal. Falou que também concordava com a senhora presidente e entendia que o esclarecimento prestado pela estudante estaria correto, dizendo que sempre tinha por verdade, de fato, que a representação estudantil, na ausência temporária do DCE, e que aquilo já havia acontecido outras vezes, e que se não lhe falhava a memória, na eleição da lista tríplex de 2016, a situação parecia que era aquela, mas não tinha certeza, disse que não queria que os senhores tomassem como verdade aquela informação, mas tinha a impressão de que teria acontecido

daquela forma. Disse que, em relação ao pedido de vistas, queria pedir atenção dos colegas para o argumento de que aquela era uma reunião que não teria propriamente uma matéria com mérito a ser apreciado. Disse que, se fosse diferente, faria mais sentido o debate proposto pelo Professor Álvaro, de que as manifestações fossem prévias da votação. Disse que, não havendo uma matéria, aquele pedido de vistas deveria ser tratado à ótica do artigo 30 e não do artigo 50. Esclareceu que o artigo 30 daria a qualquer conselheiro o direito de requerer o adiamento da decisão que iria ser tomar naquele dia, para a sessão seguinte. Salientou que, no seu parágrafo primeiro, o adiamento estaria condicionado a uma aprovação da maioria dos conselheiros presentes. Requeria que, caso não houvesse consenso que permitisse a superação do tema, que se levassem a votação pela aplicação do parágrafo primeiro do artigo 30, que seria o pedido de adiamento da única pauta prevista para aquela sessão, que seria a eleição da lista tríplice. O conselheiro Javier disse que havia feito o pedido de vistas com base no artigo 50. A Senhora presidente passou a palavra ao conselheiro Hugo Carlos Bolzon Gonzalez, que havia solicitado fala. O conselheiro Hugo disse "*Boa tarde a todos, meu nome é Hugo. Eu sou da Biotecnologia, sou representante discente dessa universidade. Já fui deste conselho em outros dois momentos da minha vida e dos outros dois conselhos superiores desta Universidade. E, neste momento, para que não restem dúvidas, tanto quanto a legalidade ou legitimidade da representação estudantil. É importante que todos os conselheiros saibam. A legislação, a norma da UFPel, um regimento ou estatuto aprovado na ditadura militar em 69, não representa a realidade da universidade pública brasileira, muito menos a visão do movimento estudantil sobre a estrutura de organização do movimento estudantil. Movimento estudantil ele é autônomo. Ele é independente. Ele se organiza nas suas entidades de bases, nos seus coletivos de entidades de base, que é o conselho de CAs e DAs. E superiormente ao DCE, que é a gestão eleita. O Conselho de Entidades de Base, por regimento e estatuto tem todos os poderes de DCE na ausência de DCE, e inclusive substitui o DCE em caso de ausência de DCE e inclusive nas representações para as casas dos conselhos superiores, regimentalmente falando, sem falar que nós temos uma ata, a ata 10 de 2024, publicada no dia 6 de julho, aonde foram aprovados e eleitos os representantes discentes aqui presentes e seus suplentes. O mesmo procedimento ocorreu em 2016, quando também não tivemos DCE e também suprimos todas as cadeiras de conselho superior com eleições dentro do CEB e essas cadeiras ficaram aqui, votaram na eleição do Pedrinho, fizeram o COCEPE, fizeram CONDIR de transição, todos indicados pelo CEB, na ausência de DCE. Independente de qualquer outro questionamento, nós temos as atas, nós temos os registros das nossas reuniões, que são todas públicas no Conselho de Entidades de Base. Todos os CAs e DAs registrados na universidade têm direito a fala e todos estudantes têm direito a fala e os Centros de CAs e DAs têm direito a voto. Então, a legitimidade da representação estudantil, ela é incontestável nesse cenário, a já aconteceu outras vezes neste conselho, em outros conselhos, em outras eleições, em outros CONSUNs de eleição de reitoria. E o movimento estudantil, em nenhum momento da sua história, vai se pautar por um regimento interno feito na época da ditadura militar. Não é o regimento da UFPel que defina a estrutura de organização do movimento estudantil. Muito obrigado.*" A Senhora presidente disse que iriam retomar o assunto que estavam tratando e a conselheira Mara Beatriz solicitou fala. A Senhora presidente disse, como já havia manifestado, que não seria o momento de inscrições de fala, e que encerraria na fala da conselheira Mara. A conselheira Mara Beatriz Nunes Gomes disse que, se teriam dissonância de sentidos, e não haveria acordo, sugeria que seguissem o que estava no regimento. Disse que, se um conselheiro havia feito o pedido de vistas e a presidência havia discordado, colocava-se em votação, seguindo o quórum. A Senhora presidente agradeceu e falou que tinham o pedido de vistas, que havia sido trazido pelo conselheiro Javier,

com a aplicação do artigo 50, porém disse que o artigo 50 se aplicaria no caso em que houvesse uma matéria a ser discutida e que, no seu entendimento, não teriam matéria a ser discutida acerca daquele ponto, pois a chamada para a reunião daquele dia era bastante explícita, direta e objetiva, no que tangeria a formação de listas tríplices para reitor e vice-reitor da universidade, o que havia sido corroborado, inclusive, pelo conselheiro Alexandre, na sua fala. Disse que, naquele caso, estariam tratando do artigo 30, que seria um adiamento da reunião. A Senhora presidente falou que a mesa colocaria em apreciação dos conselheiros(as). Nesse momento o conselheiro Álvaro Luiz Moreira Hypólito se manifestou da seguinte forma: "*O problema é o seguinte, o que eu acho que está sendo colocado pedindo vistas, o próprio conselheiro disse que ele insiste em solicitar vistas. O que que está em pauta? A própria pauta, ou seja, se ele quer examinar, se está tudo que foi apresentado aqui, todos os procedimentos, está tudo legal ou não está. Ele tem esse direito e a reunião pode ficar adiada para segunda-feira, sei lá, quando o conselho entender, dentro do direito que os conselheiros têm regimentais de pedir vista a um processo. Qual é o processo? O que está em pauta?*" A Senhora presidente agradeceu. O professor Álvaro falou que aquela decisão não caberia ao conselho, dizendo que era um direito do conselheiro pedir vistas. A Senhora presidente informou que as inscrições haviam sido finalizadas na fala da conselheira Mara, e então retomou o tema do pedido de vistas do Professor Javier, explicando que, conforme o artigo 50 do regimento, em plenário, qualquer conselheiro poderia requerer vista do processo por 5 dias, improrrogáveis, caso em que matéria seria discutida na sessão seguinte, o que não procederia do ponto de vista da mesa. A Senhora presidente disse que mantinha sua posição de que aquilo seria uma associação ao artigo 30 do regimento, parágrafo primeiro, que ditaria que a decisão poderia ser adiada para a sessão seguinte se algum conselheiro requeresse, mesmo verbalmente e o requerimento fosse aprovado por maioria dos conselheiros presentes. A Senhora presidente colocou em votação o encaminhamento, aos conselheiros e conselheiras, que seriam favoráveis a aplicação do artigo 30 e não do artigo 50, que seria um adiamento da reunião. O encaminhamento foi aprovado com 34 votos favoráveis, 21 votos contrários e 2 abstenções. O conselheiro Javier disse que gostaria de fazer sua declaração de voto e manifestar a sua inconformidade com a não aceitação do artigo 50, que seria um direito que todo conselheiro teria. A Senhora presidente agradeceu e passou a palavra de imediato a Priscila, para a condução da votação e chamada dos conselheiros. O conselheiro Paulo Ricardo Silveira Borges se manifestou solicitando o resultado da última votação. A senhora presidente informou que haviam sido 34 votos favoráveis e 21 votos contrários, com 2 abstenções. A servidora Priscila Mastrantonio Neves, da Secretaria dos Conselhos Superiores, mostrou a urna vazia antes de iniciar o processo de votação. O assessor Marco Aurelio Romeu Fernandes procedeu as chamadas nominais dos conselheiros, pela ordem de constituição do Conselho, conforme a resolução 11, de 28 de setembro de 2017. Os conselheiros foram chamados um por um, procedendo primeiramente com assinatura na lista de votação e encaminhando-se para a cabine de votação e posterior depósito de voto na urna física. A primeira conselheira chamada para exercer seu direito de voto foi a Professora Isabela Fernandes Andrade. A Professora Isabela disse que faria o seu direito de voto, mas disse que gostaria de lembrar o que haviam falado quando haviam apresentado e cédula, dizendo que a coluna à esquerda seria o voto de candidato a reitor(a) e a coluna a direita seria o voto para candidato a vice-reitor(a), falou que deviam assinalar um nome de cada lado e que, se assinalassem dois nomes na mesma coluna, tornariam o voto nulo. O conselheiro Fábio Vergara Cerqueira se manifestou dizendo que quem presidiria o Órgão Colegiado votaria somente no desempate, com voto de minerva. A presidente Isabela Fernandes Andrade esclareceu que, na formação do conselho superior, uma das pessoas seria a

reitora da Universidade, que seria o primeiro nome na lista de composição do Conselho. A senhora presidente agradeceu a atenção e disse que iria exercer o seu direito de voto e informou que, se ocorresse empate, teria direito ao voto de minerva, que seria no final do processo. O assessor Marco Aurelio Romeu Fernandes continuou com a chamada dos demais conselheiros. **Assim, compuseram efetivamente o Colégio Eleitoral 60 votantes, conforme o documento "Lista - 60 votantes (2786306)", dos quais 43 (quarenta e três) eram docentes (71,66%), 7 (sete) eram discentes (11,66%), 7 (sete) eram técnico-administrativos (11,66%) e 3 (três) eram Representes da Comunidade externa à UFPel (representante comunitário, docente aposentado e técnico-administrativo aposentado) (5%).** A lista de 60 votantes foi composta pelos seguintes conselheiros, pela ordem de chamada para a votação: **Isabela Fernandes Andrade**, docente; **Ursula Rosa da Silva**, docente; **Carlos Walter Soares**, docente; **Wilson João Cunico Filho**, docente; **Isabel Cristina Rosa Barros Rasia**, docente; **Marilton Sanchotene de Aguiar**, docente; **Bruno Müller Vieira**, docente; **Javier Eduardo Luzardo**, docente; **Paulo Ricardo Silveira Borges**, docente; **Gabriel Bergmann**, docente; **Dirceu Agostineto**, docente; **Eduardo Grala da Cunha**, docente; **Anelize Maximila Corrêa**, docente; **Álvaro Luiz Moreira Hypólito**, docente; **Milena Hohmann Antonacci**, docente; **Julieta Maria Carriconde Fripp**, docente; **Marcelo Felix Alonso**, docente; **Ludmila Correa Muniz**, docente; **Fábio Garcia de Lima**, docente; **Cristiano da Silva Rosa**, docente; **Luiz Fernando Minello**, docente; **Sebastião Peres**, docente; **Elaine da Silveira Leite**, docente; **Fernando Jaques Ruiz Simões Junior**, docente; **Fábio Vergara Cerqueira**, docente; **Lauer Alves Nunes dos Santos**, docente; **Zayanna Christine Lopes Lindoso**, docente; **Alexandre Fernandes Gastal**, docente; **Luciana Marini Kopp**, docente; **Eduardo Merino**, docente; **André Machado Patella**, docente; **Daniel Bruno Momoli**, docente; **Débora de Souza Simões**, docente; **Gabrielito Rauter Menezes**, docente; **Bruno Rotta Almeida**, docente; **Ubirajara Terra**, Comunitário; **Moacir Cardoso Elias**, Docente Aposentado; **Arlete de Araújo de Albuquerque**, Técnico-Administrativa Aposentada; **Mylena Rocha de Farias**, discente; **Mabelly Vargas Pacifico**, discente; **Gilson Moura Henrique Junior**, discente; **Hellena Storch Vieira**, discente; **Hugo Carlos Bolzon Gonzalez**, discente; **Alyson Quevedo Novo Teixeira**, discente; **Paulo Guilherme Caufumann Rovel**, discente; **Joanna Darc Correa Marcello**, Técnico-Administrativa; **Daniel de Alvarenga Berbare**, Técnico-Administrativo; **Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha**, Técnico-Administrativa; **Mateus Ávila Tavares**, Técnico-Administrativo; **Mara Beatriz Nunes Gomes**, Técnico-Administrativa; **Sérgio Eloir Teixeira Wotter**, Técnico-Administrativo; **Liliane Griep**, Técnico-Administrativa; **Francine Novack Victoria**, docente; **Maria Aurora Dropa Chrestani Cesar**, docente; **Ádamo de Sousa Araújo**, docente; **Claudio Baptista Carle**, docente; **Daniel Lena Marchiori Neto**, docente; **Daniela Buske**, docente; **José Rafael Bordin**, docente; **Roselia Maria Spanevello**, docente. As servidores Priscila Mastrantonio Neves e Sabrina Marques D'Ávila Toralles, da Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPel, procederam com a abertura dos votos, procedimento que ficou registrado através do link: https://youtube.com/watch?v=JPd_8vm-Q84&t=23s. O escrutínio foi encerrado às dezoito horas e dezesseis minutos. **Apurados os votos para eleição da Lista Tríplice para o cargo de Reitor(a), colheu-se o seguinte resultado: 1ª colocada: Professora Ursula Rosa da Silva, com 34 (trinta e quatro) votos; 2ª colocada: Professora Julieta Maria Carriconde Fripp, com 25 (vinte e cinco) votos; 3ª colocada: Professora Aline Ribeiro Paliga, com 01 (um) voto. Apurados os votos para eleição da Lista Tríplice para o cargo de Vice-reitor(a), colheu-se o seguinte resultado: 1º colocado: Professor**

Eraldo dos Santos Pinheiro, com 34 (trinta e quatro) votos; 2º colocado: Professor Fábio Vergara Cerqueira, com 24 (vinte e quatro) votos; 3º colocado: Professor Fábio Garcia Lima, com 02 (dois) votos. Em nenhuma das eleições foi registrado voto em branco ou nulo. A Senhora presidente agradeceu a condução da equipe da Secretaria dos Conselhos e realizou a leitura do resultado das eleições. Na sequência, a senhora presidente parabenizou a reitora eleita e vice-reitor eleito, e passou a disponibilização da palavra aos conselheiros, conforme previsto no item 2.4 do edital. O conselheiro Álvaro Luiz Moreira Hypólito disse que talvez aquela tenha sido a última eleição para reitoria que estaria acompanhando mais diretamente, disse que completaria, naquele ano, trinta e oito anos de carreira na UFPel e quarenta e seis anos na carreira do magistério. O conselheiro Álvaro falou que achava, diferentemente de outros, que a Universidade sairia apequenada daquele processo, pelo processo todo de eleição e de como havia ocorrido. Falou que ele era uma pessoa que não usava muito as redes sociais, falou que nunca apontaria o dedo para ninguém na rede social, mas que havia visto muitas mensagens que eram de discurso de ódio na Universidade. Disse que o que menos se discutiu havia sido um projeto de Universidade. Falou que o resultado daquela eleição apequenava a Universidade, dizendo que 0,0026 não seria um voto. Disse que seria maior que o outro resultado, citando que havia visto um vídeo de um pesquisador explicando. Disse que, até um momento, eram usadas duas casas após a vírgula e que, depois, passariam a usar quatro casas. Falou que os números torturados diriam o que eles queriam e algumas palavras também. O conselheiro Álvaro falou que, na sua opinião, ninguém saia ganhando naquela eleição, e que independente da chapa vencedora, a chapa já sairia impugnada por uma parcela grande da população, daquela comunidade. Falou que teriam uma chapa que havia ganhado, mas haviam ganhado menos entre os professores e os técnicos, e a outra havia ganhado mais nos estudantes. Disse que aquilo fazia parte do processo, mas que ele seria a favor de que se adiasse aquela votação e que se fizesse um terceiro turno, para que se visse efetivamente quem teria ganho a eleição. Falou que o que mais lhe surpreendeu naquilo tudo era ter visto o movimento estudantil da UFPel, que se dizia bastante combativo pelas siglas que o representavam, que estavam comemorando uma eleição indireta, que haviam feito a partir de uma legislação hiper autoritária. Disse que, quando era do movimento estudantil, sempre havia sido contrário aquilo, por isso sempre havia a consulta à comunidade. Falou que a UFPel teria que ter certeza que a partir daquele momento, daquela eleição e daquele processo de consulta, como havia sido feito, onde a auditoria não havia sido completada, teriam desdobramentos e teriam que saber que estavam ali, naquele dia, optando por um processo de escolha de eleição que era um processo com base na lei, dizendo que qualquer um dos três poderia vir a ser nomeado. O conselheiro Álvaro falou que a própria reitora não tinha sido a primeira da lista. Disse que a UFPel, naquele dia, havia optado por fazer o processo indireto. Falou que se sentia extremamente desconfortável, pois havia muito tempo não faziam uma eleição daquela forma, mas que o Conselho havia optado em fazer, além de outros comportamentos que havia observado naquele dia e que haviam sido muito monocráticos e que não seria a tradição daquele conselho e de muitos reitores da Universidade, tanto reitores de esquerda quanto de direita. O conselheiro Álvaro disse que a Universidade havia passado por várias gestões e ele achava que tinham que assumir uma situação que estava dentro da lei, e que, estando assim, podiam ocorrer todas as situações que decorressem daquilo. Agradeceu a atenção de todos. O conselheiro Daniel de Alvarenga Barbare disse que iria ler a declaração de voto dos técnicos administrativos, conforme segue: "*Tendo em vista que ainda está pendente o processo de auditoria da votação online na consulta paritária à comunidade para escolha de reitor(a) e vice-reitor (Gestão 2025-2028) e que sabidamente mais de mil pessoas(alunos) foram impedidas de exercer seu direito ao*

voto na urna online daquele processo; e que nesta sessão somos requeridos a emitir nosso posicionamento; Nós conselheiras e conselheiros TAE, democraticamente eleitos por nossa categoria e nomeados pela Reitora desta Universidade, estamos declarando nosso voto, pois historicamente prezamos pela transparência e seriedade ao que é escolhido por nossos pares. Portanto, trazemos ao Pleno deste Conselho aquilo que já foi manifestado pela nossa categoria nas urnas da consulta paritária à comunidade da UFPEL para nova reitoria. Solicitamos que nossa declaração conste na íntegra da Ata desta sessão." O conselheiro Daniel declarou ainda que lamentava que não haviam podido fazer o tempo de fala, conforme o artigo 30 do regimento da Universidade, bem como, na sua opinião, achava que deveriam ter aprovado, ou pelo menos analisado, o pedido do Professor Doutor Javier, no que tangia ao artigo 50 do regimento e não ter votado como no artigo 30, pois entendia que os dois estabeleciam parâmetros diferentes para aprovação ou negação do pleito. Falou que gostaria que a declaração de voto constasse na íntegra pois ela havia sido tirada em reunião dos representantes dos servidores técnico-administrativos. O conselheiro agradeceu o seu tempo de manifestação. A conselheira Liliane Griep deu boa tarde a todos e todas e leu a seguinte declaração de voto: "*Tendo em vista que ainda está pendente o processo de auditoria da votação online na consulta paritária à comunidade para escolha de reitor(a) e vice-reitor (Gestão 2025-2028) e que sabidamente mais de mil pessoas(alunos) foram impedidas de exercer seu direito ao voto na urna online daquele processo; e que nesta sessão somos requeridos a emitir nosso posicionamento; Nós conselheiras e conselheiros TAE, democraticamente eleitos por nossa categoria e nomeados pela Reitora desta Universidade, estamos declarando nosso voto, pois historicamente prezamos pela transparência e seriedade ao que é escolhido por nossos pares. Portanto, trazemos ao Pleno deste Conselho aquilo que já foi manifestado pela nossa categoria nas urnas da consulta paritária à comunidade da UFPEL para nova reitoria. Solicitamos que nossa declaração conste na íntegra da Ata desta sessão.*" Na sequência a conselheira Liliane realizou a seguinte leitura: "*Prezados(as) Conselheiros(as) Universitários(as): Inicialmente gostaríamos de saudar a todos e todas e lamentar a negativa da presidente desta sessão para prestar esclarecimentos sobre os procedimentos adotados pela Junta Eleitoral e Comissão Eleitoral. Portanto farei, como conselheira, no meu espaço de voz. Um primeiro esclarecimento é que todos os técnicos e professores que integram a Comissão Eleitoral e a Junta Eleitoral foram devidamente eleitos e referendados pelas Assembleias Gerais de suas respectivas categorias. Em segundo lugar, quando assumimos a responsabilidade de conduzir esse processo de consulta informal, nós assumimos também o compromisso com a verdade, tendo por base na nossa atuação os princípios que regem a administração pública. Então, agora, nós queremos dividir esse compromisso e essa responsabilidade com todos vocês, com o Conselho Universitário - órgão máximo dessa instituição, nos colocando desde já à disposição de cada um, de cada uma, dos senhores e das senhoras, na autoridade que lhes compete, para o esclarecimento dos fatos. Todos nós sabemos da importância dessa reunião de hoje, que definirá o rumo e o futuro das relações no âmbito da nossa instituição, pelo menos pelos próximos 4 anos, dada a escolha de uma nova reitora e vice-reitor para a UFPel. No entanto, existe um conflito de interesse que está posto e um questionamento sobre a legitimidade de quem irá assumir essa função. Qual das candidatas, dos grupos, ou das chapas inscritas, será referendada por essa casa? Feita a Convocação do Consun e a pauta apresentada, fica o nosso questionamento: A quem podemos confiar com mais segurança a administração da Universidade? Devemos ter em mente todas as dificuldades vivenciadas pela comunidade durante esse ano, com desastres sócio-ambientais, calendário fragmentado, insegurança institucional, fatores que impediram a utilização de urnas eletrônicas, conforme requerimento firmado por todas as*

categorias junto ao Tribunal Regional Eleitoral. A organização do processo foi atravessada por todas essas e outras questões que deixaram toda comunidade sensibilizada, tensa e até adoecida. A busca constante de construção de um processo eleitoral que contemplasse toda a comunidade foi um dos principais pontos de debate observados e reivindicados. A divergência nas escolhas e preferências acirrou os ânimos e dificultou a negociação tão necessária para a construção de decisões aceitas e legitimadas por todos(as). O resultado disso tudo se refletiu nas urnas, contudo, não é possível negar os equívocos revelados no processo. A responsabilidade coletiva deles envolve toda a comunidade, e enquanto organização eleitoral assumimos essas falhas e buscamos incessantemente corrigi-las. Talvez, a mais grave delas é a que constata o impedimento de mais mil estudantes de participar da consulta à comunidade. Como reiteradamente bradado pela representação estudantil, o prejuízo atingiu de forma particular, os direitos da comunidade EAD. Eles devem ser respeitados assumindo esses estudantes como parte integrante e efetiva da UFPel. Para compreender e garantir a transparência do processo promovendo a legitimidade da futura gestora, acordamos com as chapas a realização de uma auditoria do processo de votação online, conforme ata assinada pelas entidades e titulares de ambas as chapas. Essa auditoragem torna-se urgente e fundamental para garantir um ambiente pacificado dentro da instituição, para aperfeiçoar os processos eleitorais na UFPel e para que a próxima gestão tenha efetivamente uma possibilidade de êxito através do respeito e da colaboração. Isso tudo chama atenção para mais um esclarecimento, senhores e senhoras. No dia 27 de setembro, foi publicada uma nota oficial da administração, dizendo que existiu uma diferença do número de estudantes nas listas utilizadas para a realização do primeiro turno na ordem de 276 estudantes. Esse dado, como demonstrado na comunicação enviada por email aos conselheiros e conselheiras no dia 02 de outubro, não procede, não confere com as informações disponibilizadas para a Junta, no dia 28 de agosto, quando o número era exatamente de 19.489 estudantes em todo o material utilizado para a votação do primeiro turno. Devemos considerar para tomada de decisões, as diversas modificações não solicitadas no segundo turno. Quando nós requisitamos a atualização das listas para o segundo turno, o intuito foi agregar à lista os novos ingressantes da UFPel, e isso nos foi apresentado e conferido para impressão. Contudo, a lista para ser carregada no sistema online nos foi fornecida, ao contrário do que ocorreu no 1º turno, com modificações que excluía o nome dos estudantes, em uma decisão unilateral da UFPel, além da supressão de 1069 estudantes. Assim, fica caracterizada a falta de uniformidade de procedimento em relação ao 1º turno, além disso, outros imprevistos foram agregados a esse processo, uma vez que, os estudantes no dia da eleição receberam diferentes links para votação. Alguns foram notificados para repetir a votação, e outros não. Aumentando as dificuldades já relatadas, antes do 2º turno, o COBALTO, pela primeira vez desde sua existência, precisou passar por um processo de renovação de senhas deixando várias pessoas sem acesso ao processo eleitoral por não renovarem sua senha até o último final de semana antes das eleições. Com exceção dessa última, as questões elencadas pressionaram por decisões rápidas da Junta Eleitoral porque ocorreram em 2 dias. Tudo isso se somou às atividades de organização, apuração de denúncias e suportes fornecidos durante o processo de consulta. As imprecisões em torno do processo de consulta e suas alterações procedimentais precisam ser investigadas. A verificação da urna online realizada pela UFCSPA não se constitui em uma auditoria, pois não fornece respostas a nenhuma das indagações levantadas. É necessário, também, a apuração das responsabilidades, porque esse fato incide sobre o processo de escolha da direção maior da comunidade universitária. Por isso, o elemento mais importante é que 5% do total de estudantes com direito a voto na urna online foram excluídos pelo sistema de votação, seu direito à participação na escolha foi usurpado, o que

compromete a urna como um todo. Consideramos diante das evidências que a luta pela urna online e a garantia dos direitos desses estudantes impedidos de participar das decisões referentes ao futuro da comunidade acadêmica foram em vão. O que obriga a COE e a Junta a reconhecer esse direito e buscar corrigir o processo. Então, o que pedimos é o apoio do Consun, que vocês apreciem as deliberações e encaminhamentos da Comissão Eleitoral e da Junta Eleitoral realizadas até o presente momento, e se possível, referendem aqui também, conforme acordo assinado por ambas as chapas a realização da auditoria do processo de votação online, antes de qualquer decisão deste plenário sobre o tema em pauta. O que nós solicitamos, é um prazo de 30 dias para apresentar um parecer dessa auditoria, principalmente, no que diz respeito à elucidação dos fatos em relação aos dados e inconsistências das listas, e também, no que diz respeito à garantia do sigilo do voto da urna online. Para que isso ocorra com celeridade, se faz necessário, que possamos contar com a cooperação de todos os setores, e também, dos agentes institucionais envolvidos nesse processo. Tendo em mente que o exercício diário da boa governança se faz com base na confiança, segurança e legitimidade, a transparência dos procedimentos e resultados da consulta se faz fundamental para promoção da qualidade e bom trabalho da Universidade. A restauração de um ambiente saudável, respeitoso, que possibilite o desenvolvimento das melhores potencialidades de cada membro da comunidade universitária torna o respeito ao processo de esclarecimento imprescindível para o bom andamento da futura gestão. Atenciosamente. Comissão Eleitoral e Junta Eleitoral Pelotas, 11 de outubro de 2024." A conselheira Liliane Griep falou que era lamentável que aquele Conselho não tenha acolhido, que a presidente não tivesse acolhido aquela manifestação anteriormente ao que aconteceu naquele momento. A conselheira pediu que ficasse registrado o seu lamento e que o documento constasse na ata daquela reunião, agradecendo. A conselheira Mara Beatriz Nunes Gomes falou que teriam que fazer algumas reflexões quando eram eleitos, que algumas reflexões seriam necessárias para toda pessoa que fosse fazer uma representação para cargo eletivo, especialmente naquele Conselho Universitário, um local em que, infelizmente, já haviam presenciado muitas injustiças. A conselheira Mara falou que a composição daquele conselho, que ainda refletiria o sistema de castas nas Universidades, daria a medida em que as relações ainda se estabeleciam dentro da Universidade, e naquele sentido, disse que precisavam refletir sobre qual seria o ambiente que se pretendia para a UFPel. Falou que haviam passado por um processo de consulta informal, que devia ter sido o mais violento, nocivo e tóxico da história das consultas da UFPel. A conselheira falou que a violência, a incivilidade e o desrespeito ao próximo, o desrespeito a história das pessoas, as fake news, os ataques estratégicos, a perseguição as mulheres e aos corpos pretos haviam demarcado aquela consulta. Falou que não era usual que mulheres que conduziram aquele processo tivessem que fazer boletim de ocorrência porque estavam sendo seguidas nas ruas, não era usual que homens brancos, como sempre, se sentissem autorizados a chamar as mulheres de loucas, histéricas. Disse que não era usual que as pessoas se comportassem nas redes sociais dizendo para seus colegas que elas deveriam pegar um documento, rasgar em pedacinhos e pediu que imaginassem o final da frase. A conselheira disse que estavam adoecidos como comunidade e aquela tarde, naquele conselho, refletiria aquele adoecimento. Disse que, infelizmente, estariam falhando há muito tempo, dizendo que havia anos que a Universidade falhava em não colocar uma política de combate ao assédio e de combate a discriminação. Falou que estavam em 2024, e as mulheres como ela, mulheres negras, continuavam sofrendo violência política dentro de uma Universidade pública, assim como outros grupos que constituiriam as minorias. A conselheira Mara disse que aquilo era reflexo do que 2020 havia deixado, dizendo que, quando não se conseguia encaminhar um processo democrático, e ações

externas ditariam o rumo da Universidade, seria esperado que a idoneidade decaísse. Disse que naquele dia, eles, como conselheiros(as), entregaram para a Universidade um alto custo institucional de não terem cumprido a sua promessa. Falou que há várias sessões, se prometeria que enfrentariam a política de assédio na Universidade. Disse que estava no seu segundo mandato e aquela tarefa não havia sido encaminhada. Falou que aquele lugar, para onde estariam caminhando, dentro da Universidade, na lógica de que se poderiam tudo, de que não haveria respeito ao outro, não os levaria a outro lugar. A conselheira Mara falou que haviam passado por um espaço político muito ruim naquela Universidade, falou que era a segunda vez que ela estaria participando de um processo eleitoral. A conselheira falou que em 2020 o nível de violência já havia sido muito alto e disse que não havia conseguido estar naquele lugar. Mas falou que teria de fazer uma reflexão, de que quando se é eleito e se tem um mandato legitimado pelos seus pares, se fariam isso, com o seu dever. A conselheira falou que aquele processo de 2024, que havia sido muito mais violento e abusivo, e que ela havia tido muitas vezes vontade de desistir, e nem o seu luto pessoal havia sido respeitado, mas como ela teria mandato, e que estariam ali representando 57% dos votos da categoria, e foram eleitos pela COE e pela Junta, por unanimidade nas assembleias, ela não teria o direito de desistir. A conselheira disse que colocou a sua dor no bolso e seguiu em frente. Perguntou que será que seria aquilo que queriam para a Universidade. Perguntou se era aquele o ambiente que desejariam para a Universidade. Falou que as suspeições que pairavam sobre tudo que estava acontecendo não pacificariam aquele ambiente. Disse que a forma como havia sido encaminhado aquela tarde, falou que não haviam cumprido o regimento. Falou que havia sido feita votação por maioria simples para mudar o que estaria no regimento. Perguntou onde aquilo aconteceria. A conselheira falou que aquilo era reflexo do que estariam vivenciando, falando que as pessoas reproduziam fake news sem nem saber. Falou que a Junta e a COE haviam sido acusadas de tentar anular urna e de tentar tirar faixa que estaria assinada, quando aquilo não tinha acontecido, quando tinham fotos e vídeos, mas que alguns agentes públicos poderiam ter reproduzido isso porque haviam ouvido errado ou recebido falsas informações. Falou que a forma como o processo estava terminando naquele dia não pacificaria a Universidade e sim pioraria as relações. Falou que imaginassem que qualquer um dos nomes viessem a ser nomeados naquele contexto de suspeição, não iria conseguir devolver a civilidade para a UFPel, seria ilusão. A conselheira disse que não seria possível acreditar que iriam caminhar sem transparência e sem certeza, falou que se estivessem falando em um contexto em que o distanciamento entre as chapas seria de mil votos e tivessem dez ou quinze pessoas inabilitadas, teriam que fazer a verificação do que havia acontecido, mas não influenciaria o resultado. Mas falou que as discussões pairavam em 0,6 e 1,2 votos, em um contexto em que mais de mil pessoas haviam sido inabilitadas de votar. A conselheira indagou se aquilo seria transparência para a comunidade, se aquilo traria legitimidade. Falou que os documentos eram públicos, que os conselheiros haviam recebido as listagens e que esperava que as instituições que haviam participado daquele processo cooperassem para que se fizesse a auditoria necessária. A conselheira disse que a UFPel já havia recebido as solicitações e que esperava que estivessem caminhando para que pudessem avançar e que estranhamente a Universidade de Clínicas Médicas de Porto Alegre, se quer havia respondido ao pedido da comissão e da junta eleitoral. Falou que era muito difícil pensar que aquela situação estaria estabilizada, mas que, como estariam lá para representar a sua categoria, poderiam dar uma certeza para a categoria dos técnico-administrativos, de que caminhariam até o fim em busca da verdade e da transparência e na busca pela estabilização da Universidade, pois aquele clima de guerra que estava instaurado não iria acabar com todas as suspeições e dúvidas. Falou que fazer a fiscalização do processo era regular, que ninguém havia ficado

melindrado porque as chapas haviam tirado fotos dos lacres das urnas ou enfiaram a mão na urna para ver se não tinha nenhuma cédula dentro. Falou que haviam feito o seu papel, que aquilo era desconfiança legítima. A conselheira falou que quando se organiza um processo competitivo, fazer as verificações e demonstrações públicas de confiabilidade seria dever, mas que se fechar em copas e não dar as respostas deslegitimaria e traria sérias dúvidas sobre confiança. Falou que não haveria legitimidade quando a confiança estaria abalada. Falou que a declaração de voto que levaram naquele dia havia ocorrido porque estariam sendo tensionados a votar, falou que não se cumpriram o regimento e que conselheiros eleitos não puderam fazer a representação para a qual haviam sido eleitos. A conselheira Mara falou que aquilo eram sintomas do que viviam na UFPel, mas que dias melhores viriam. A conselheira Joanna Darc Correa Marcello fez a leitura da sua declaração de voto: "*Tendo em vista que ainda está pendente o processo de auditoria da votação online na consulta paritária à comunidade para escolha de reitor(a) e vice-reitor (Gestão 2025-2028) e que sabidamente mais de mil pessoas(alunos) foram impedidas de exercer seu direito ao voto na urna online daquele processo; e que nesta sessão somos requeridos a emitir nosso posicionamento; Nós conselheiras e conselheiros TAE, democraticamente eleitos por nossa categoria e nomeados pela Reitora desta Universidade, estamos declarando nosso voto, pois historicamente prezamos pela transparência e seriedade ao que é escolhido por nossos pares. Portanto, trazemos ao Pleno deste Conselho aquilo que já foi manifestado pela nossa categoria nas urnas da consulta paritária à comunidade da UFPEL para nova reitoria. Solicitamos que nossa declaração conste na íntegra da Ata desta sessão.*" A conselheira Arlete de Araújo de Albuquerque fez a leitura da sua declaração de voto: "*Tendo em vista que ainda está pendente o processo de auditoria da votação online na consulta paritária à comunidade para escolha de reitor(a) e vice-reitor (Gestão 2025-2028) e que sabidamente mais de mil pessoas(alunos) foram impedidas de exercer seu direito ao voto na urna online daquele processo; e que nesta sessão somos requeridos a emitir nosso posicionamento; Nós conselheiras e conselheiros TAE, democraticamente eleitos por nossa categoria e nomeados pela Reitora desta Universidade, estamos declarando nosso voto, pois historicamente prezamos pela transparência e seriedade ao que é escolhido por nossos pares. Portanto, trazemos ao Pleno deste Conselho aquilo que já foi manifestado pela nossa categoria nas urnas da consulta paritária à comunidade da UFPEL para nova reitoria. Solicitamos que nossa declaração conste na íntegra da Ata desta sessão.*" O conselheiro Mateus Ávila Tavares fez a leitura da sua declaração de voto: "*Tendo em vista que ainda está pendente o processo de auditoria da votação online na consulta paritária à comunidade para escolha de reitor(a) e vice-reitor (Gestão 2025-2028) e que sabidamente mais de mil pessoas(alunos) foram impedidas de exercer seu direito ao voto na urna online daquele processo; e que nesta sessão somos requeridos a emitir nosso posicionamento; Nós conselheiras e conselheiros TAE, democraticamente eleitos por nossa categoria e nomeados pela Reitora desta Universidade, estamos declarando nosso voto, pois historicamente prezamos pela transparência e seriedade ao que é escolhido por nossos pares. Portanto, trazemos ao Pleno deste Conselho aquilo que já foi manifestado pela nossa categoria nas urnas da consulta paritária à comunidade da UFPEL para nova reitoria. Solicitamos que nossa declaração conste na íntegra da Ata desta sessão.*" Na sequência o conselheiro Mateus pediu que ficasse registrado na ata uma questão que havia saído naquele momento, pela Justiça Federal, informando que faria a leitura do parecer, liminar, relacionado a questão que havia sido levantada pelo conselheiro Javier e que não haviam tido uma resolução: "*Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido liminar para determinar a suspensão da participação da representação discente (isto é, dos representantes designados pela Portaria nº 111, de 26 de junho de 2024, expedida pela Reitora da Universidade Federal de Pelotas) na reunião do Conselho*

Universitário agendada para a presente data, 11/10/2024, suspendendo-se, outrossim, os efeitos desta participação, no caso de tal reunião já haver encerrado, bem como em outras eventualmente designadas para o mesmo fim, ao menos até a apresentação de informações pela autoridade impetrada, quando a presente decisão poderá ser revista, ou até comprovação de designação de representantes discentes através de eleição secreta, na forma prevista pelo Regimento Interno da Universidade. Notifique-se a autoridade impetrada para que preste as informações cabíveis no prazo de 10 (dez) dias e, com urgência, para ciência e cumprimento da presente decisão. Intimem-se, inclusive o representante da UFPel. Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 10 (dez) dias, para parecer. Por fim, venham os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Documento eletrônico assinado por Eric de Moraes, juiz Federal Substituto." O conselheiro Mateus Ávila Tavares solicitou que a leitura ficasse registrada e disse que aquilo comprovaria que a questão levantada pelo conselheiro Javier seria procedente. O conselheiro Paulo Ricardo Silveira Borges se manifestou, conforme segue: "Senhores conselheiros, senhoras conselheiras, falo aqui em nome do Centro de Letras e Comunicação, do qual sou diretor adjunto, representando nesta sessão a professora Vanessa Damasceno, nossa diretora, e a comunidade acadêmica do Centro de Letras e Comunicação. Este ano, comemoramos 40 anos, um evento muito alegre para nós e que nos encheu de orgulho, tanto por nossa trajetória quanto por nossa participação em diferentes momentos da universidade, incluindo aqueles em que a democracia foi colocada em dúvida e nos manifestamos veementemente em favor da comunidade universitária, como, por exemplo, nas eleições de 2008, que também foram conduzidas pelo conselho universitário. Quero destacar que o nosso centro tem colaborado efetivamente em todos os sentidos na vida política da universidade. Cito aqui alguns eventos em que isso ocorreu. Tivemos nosso estimado colega, a professor Luís Isaías Centeno do Amaral, como vice-reitor da Universidade Federal de Pelotas, o que muito nos orgulhou. Tivemos também a participação de outros colegas em eleições para a reitoria, como o professor Fabiano e a professora Janaína Brum, que também estiveram presentes em outras chapas. Portanto, nossa unidade sempre colaborou politicamente para as discussões pedagógicas e institucionais da universidade, algo de grande importância. Lamentamos que, durante este processo eleitoral, não tenhamos discutido as questões de políticas acadêmicas como gostaríamos. Tenho certeza de que todos os programas de todas as chapas apresentam propostas efetivas e muito positivas para a universidade. No entanto, essas propostas ficaram em segundo plano, quase invisíveis, porque tanto nossos estudantes quanto muitos dos nossos colegas servidores e professores não atentaram para elas ao escolherem os componentes da chapa que entendiam ser a melhor para representá-los. Do meu ponto de vista, perdemos uma oportunidade ímpar de debatermos a universidade. Me preocupa também que a universidade saia extremamente dividida deste processo. Qualquer atuação nossa dentro da universidade, em qualquer âmbito, é uma atuação pedagógica. A eleição também é uma atuação pedagógica, e isso me entristece muito. Muitos colegas servidores e estudantes da unidade da qual faço parte não compreenderam bem o que estava acontecendo. Se muitos membros da comunidade acadêmica não compreendem, imaginem a comunidade em geral, que tanto espera da universidade – projetos, parcerias, e uma participação efetiva. Hoje, votamos duas listas – uma para reitor, outra para vice-reitor – retornando ao que ocorria na década de 1980, quando também tínhamos listas sêxtuplas. Espero que, independentemente do que ocorrer aqui, a Universidade saia fortalecida. Manifesto à magnífica reitora minha preocupação por não ter sido atendido o pedido de que a junta se manifestasse neste plenário. Acho que teria sido algo pedagógico, algo importante, já que tanto a comissão eleitoral quanto a junta conduziram o processo de escolha informal para reitor e vice da universidade. Poderíamos, de maneira tranquila e institucional, ter aberto espaço

para ouvi-los, especialmente após a solicitação feita ao conselho e à presidente deste conselho, a professora Isabela. Dito isso, espero que o que acontecer daqui para frente sirva de reflexão para a universidade. Ou seja, que o futuro administrador da universidade, a futura reitora e o futuro vice-reitor possam dialogar efetivamente com as unidades. O Centro de Letras e Comunicação sempre esteve, está e estará aberto para esse diálogo. E esse diálogo precisa ser institucional. A universidade precisa avançar, precisa buscar um novo ritmo, e dentro deste contexto de divisão imensa e preocupante, isso será muito difícil se os futuros administradores da universidade - reitora e vice-reitor - não atentarem para essa realidade. Portanto, espero que a instituição reflita muito sobre o que aconteceu durante este processo de escolha dos seus administradores. A partir daqui, precisamos entrar em um novo momento, um momento de resgate. Primeiro, do relacionamento entre a gestão e as unidades acadêmicas. E segundo, de resgatar a institucionalidade interna da universidade, que foi profundamente prejudicada durante todo este processo. Muitos colegas não pretendem mais concorrer a cargos de coordenador, de direção, ou chefia de departamento, justamente porque não se sentem seguros em assumir tais cargos, dadas as circunstâncias atuais da universidade. Então, espero que este conselho, dentro das suas prerrogativas, faça desta eleição não apenas uma eleição, mas também uma oportunidade de reflexão. Que este seja o anúncio de um novo momento para a universidade, um momento permeado de muita institucionalidade. É isso, magnífica reitora. Esta é minha manifestação em nome dos colegas da comunidade acadêmica do Centro de Letras e Comunicação. Muito obrigado." O conselheiro Hugo Carlos Bolzon Gonzalez se manifestou, conforme segue: "Muito obrigado. Eu até gostaria que as pessoas que querem se retirar agora, e que falaram tanto dos estudantes nesse processo, ficassem. Mas eu acho que é mais fácil falar de distorções sobre o processo do que falar a verdade, ou ficar e ouvir, né? Eu queria também que tudo o que eu dissesse fosse registrado em ata, como foi solicitado pelos outros conselheiros, e também declarar o meu voto, na professora Úrsula e no professor Eraldo. Além disso, acho que o mais importante de tudo é esclarecer as mentiras desse processo, como a repetida mentira de que os estudantes não puderam votar. Falam de 1.069 estudantes, sendo que todos constavam na lista de votos presenciais, e apenas aqueles que não tinham o login e senha do Cobalto não puderam votar online. Pois votar online exige tal login e senha. Essa é uma divergência de listas explicada pelos técnicos administrativos da CGTI. Eu acho um absurdo, inclusive, que uma entidade classista venha a este conselho e não defenda os direitos dos técnicos administrativos, não defenda a fé pública desses servidores públicos da universidade, dizendo que houve manipulação dessas listas, mentindo para a comunidade acadêmica, dizendo que 1.069 estudantes não puderam votar. Isso é uma mentira, é uma falácia. É muito fácil, nesse processo, dizer que os outros foram os perseguidos, que os outros foram os violentos, quando, na verdade, toda a violência, toda a agressividade, toda a reatividade dos estudantes foi resultado de como as entidades sindicais lidaram com esse processo eleitoral. No dia 26 de março, foi feita a primeira reunião entre as entidades sindicais e as duas chapas. Existiam até o momento a Frente Ampla e a Multi. Naquele dia, eu estava lá, minha colega, companheira, camarada Milena também estava, e informamos aos sindicatos que não havia representação estudantil válida nesta universidade, e que o documento assinado para consultar o TRE sobre urnas eletrônicas não tinha validade. Mesmo assim, as entidades sindicais ignoraram. Depois disso, aprovaram um edital sem os estudantes. Uma comissão eleitoral deve ser composta pelas três categorias. O e-mail solicitando fala neste conselho foi assinado como "comissão eleitoral" e "junta eleitoral", mas deveria ter sido "junta sindical", porque os estudantes não faziam parte desse processo. No dia 26 de setembro, os estudantes se retiraram da comissão eleitoral e da junta eleitoral, pois naquele dia - e está

gravado, e tem vídeo da Frente Ampla e das entidades sindicais – foi dito que não poderiam referendar o voto online, que cancelariam a urna eletrônica, e que fariam um terceiro turno estudantil. Um terceiro turno estudantil anunciado antes de qualquer resultado de auditoria que apontasse qualquer fraude, qualquer irregularidade. Aí está, matar a democracia na universidade. Chamaram um terceiro turno para uma categoria, alegando exclusão de votos, sendo que todos os estudantes puderam votar presencialmente. A Frente Ampla e os sindicatos eram contra a urna eletrônica. O edital foi aprovado sem os estudantes, e o prazo da eleição foi durante a greve presencial. Essa é a realidade que estamos enfrentando. Estamos falando de legitimidade de acesso ao voto. Quantos professores, em férias depois do final de agosto, puderam votar? Como pode uma entidade sindical fazer com que um professor trabalhador tenha que escolher entre suas férias ou votar para a eleição de reitoria? Porque a esses servidores foi negado o acesso ao voto, ao negarem a urna híbrida, não aos estudantes. Aos estudantes foi uma luta de meses para reconhecerem isso. Os sindicatos mentiram ao dizer que os estudantes estavam organizando esse processo eleitoral. No dia 17 de julho, reconheceram, em reunião com a presença das chapas, que os estudantes não faziam parte da junta até aquele momento, e esse processo começou meses antes. Mentiram que havia representação estudantil, mentiram que os estudantes concordavam com o processo, mentiram que os estudantes eram contra o sistema online de votação. Mentiram que os estudantes não confiavam no sistema usado pelos servidores da universidade. Foi mentido por essas pessoas que agora vêm aqui se fazer de vítimas, dizer que foram atacadas, quando atacaram o movimento estudantil até o final deste conselho. Saíram deste conselho com uma medida – um mandado de segurança – para anular a participação estudantil neste conselho. Essa é a democracia? Essa é a calma que todo mundo quer que a gente tenha de volta nesta universidade? Essa representação estudantil que esperam que vá acontecer de forma subserviente não vai acontecer. Eles saíram, mas é bom que esteja registrado, e que todos lembrem: em 2008 ocorreu um golpe neste conselho. Todos os que votaram hoje na candidata Julieta Fripp entrarão para a história como golpistas dessa universidade, assim como entraram os golpistas de 2008. Essa é a realidade material das coisas. Nós temos um processo absurdo de abuso e perseguição de estudantes: boletim de ocorrência contra estudante, mandado de segurança contra estudante, exposição de estudante em rede social, em prints de Instagram, em comunicação política. Tentam fazer com que o movimento estudantil recue, para que a gente não fale mais, para que a gente se esconda de novo. Fizeram listas de subversivos, como na ditadura militar, porque os sindicatos aprovaram uma lista de estudantes proibidos de entrar no sindicato. Sabe qual é o problema? Eu fui no sindicato no dia da assembleia do FEL que aprovou este regimento. Eu estava lá e falei para a mesa: "Vocês estão mentindo. Não há representação estudantil construindo este edital." Por dizer que a mesa do sindicato mentiu, fui votado como persona non grata, impedido de acessar esses espaços democráticos. Sabe o que aconteceu? Semanas depois, no dia 17 de julho, eles admitiram que os estudantes estavam fazendo parte do processo. Então eu menti? Não, eles mentiram. E chamar mentiroso de mentiroso não é crime, é fato. É muito importante que este conselho tenha noção de que isso aqui não é só uma escolha para a reitoria. Isso aqui é uma demonstração de como lidamos com as divergências e com o processo político na nossa universidade. Falam de verdade, mas onde? Na ata? Todo mundo recebeu a ata. Onde nessa ata fala de empate? Em lugar nenhum. Onde, na matemática, há empate? Não existe. A Juju está falando até agora em "empate técnico". Qual é a margem de erro desse "empate técnico"? Não existe. Eu falo de verdade: a Liliane, presidente da junta, que estava aqui representando a junta sindical, disse ao jornal na tarde do dia do resultado, no dia 19 de setembro, que houve um empate na consulta. Ela disse. Ela, que estava sentada aqui, falou ao

jornal que houve um empate. Esse empate nunca existiu, mas esse era o discurso combinado com a Frente Ampla, que lançou o discurso de empate técnico. Primeiro foi empate, depois "empate técnico", depois "50% mais um", depois "50% mais um voto médio". Porque é isso que o personalismo - e, nesse caso, o bolsonarismo de esquerda - faz: constrói narrativas que vão se somando, uma atrás da outra, tentando fazer com que alguma delas vire verdade. E nenhuma delas virou. Então não se trata de desconfiança no processo eleitoral, não se trata de segurança ou não do voto online. Trata-se de serem maus perdedores. Nós sabíamos que a Multi tinha perdido essa eleição por um voto docente. Nós tínhamos certeza disso. Estávamos conformados, chorando nossas tristezas, enquanto aceitávamos o resultado. Existe um vídeo do escrutínio em que a candidata Julieta comemora quando estava vencendo por um voto, sem ninguém questionar a eleição estudantil. Foi quando encontraram um voto nulo na pilha de votos da Frente Ampla que o cenário mudou, e a Multi ganhou por 1,2 votos ponderados. Qualquer matemático, engenheiro, ou o que for, pode me dizer que 1,2 votos ponderados, numa eleição em que o voto ponderado tem peso estudantil, significa algo. Mas, se quiserem tirar a prova, peguem os números, coloquem na planilha. Excluem um voto estudantil do total e um voto estudantil da Multi, e verão que a Multi continua ganhando por 0,2 votos ponderados, o que não representaria um voto total. Isso é matemática. Nós não somos negacionistas da matemática, não somos negacionistas do voto online, não somos negacionistas do processo democrático, não somos negacionistas deste conselho. Mas nós não estamos aqui para aceitar discurso golpista e acusatório de quem realmente tem culpa nesse processo. A divisão começou com a decisão das direções sindicais de lançar um edital sem os estudantes. Apequenaram essa eleição, porque o movimento estudantil, desde 2012, cobra desta universidade uma eleição universal. Sequer foi discutido o modelo de votação, porque o edital foi lançado sem a participação estudantil. E é importantíssimo que vocês tenham consciência disso. Outra coisa: falar de auditoria. A ata fala de auditoria? A auditoria foi feita pela UFCSPA, em um dos turnos da eleição. Agora, além da entidade classista e dos conselheiros, não confiam nos técnicos da UFCSPA? Não confiam nos servidores da outra universidade? Por fim, o movimento estudantil existe, é autônomo e jamais vai se dobrar a quem quer que seja. A defesa da universidade é nossa. A universidade existe para os alunos e continuará existindo assim, como uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, que luta por um futuro mais justo, mais igual e mais soberano para o nosso povo." A conselheira Mylena Rocha de Farias se manifestou, conforme segue: "Então, boa noite quase aos conselheiros. Eu quero aqui declarar meu voto na professora Úrsula e no professor Eraldo, em nome dos estudantes que votaram e elegeram essa chapa. E eu também quero vir aqui falar que para nós é um absurdo. Eu acho um absurdo que a ASUFPEL os técnicos tenham se retirado, que a Frente Ampla tenham se retirado. E não nos escutarem, né? Porque o que foi feito aqui de ter um mandato de segurança para tirar os estudantes do CONSUN é o maior absurdo contra o movimento estudantil que essa universidade já teve. E nada nos choca vindo da frente ampla, que em todo o processo se colocou totalmente contra os estudantes. O meu companheiro Hugo já fez aqui a defesa dos estudantes. E eu também gostaria de lembrar que aqui o movimento estudantil, ele não está comemorando uma eleição indireta. E quem fala isso tá tendo um discurso completamente golpista. Houve uma consulta informal e nós estamos aqui pedindo respeito ao voto de mais de 7000 estudantes. E é isso que nós queremos. Existe uma consulta informal que elegeu Ursula e Eraldo. E é por isso que nós, estudantes, estamos aqui declarando o nosso voto. É isso." O conselheiro Alyson Quevedo Novo Teixeira se manifestou, conforme segue: "Boa noite pessoal. Então, como conselheiro eleito pela minha categoria, eu declaro o meu voto a professora Úrsula e ao professor Eraldo em ainda mais respeitando quase 8 mil votos de estudantes. Os

estudantes votaram e escolheram um projeto de universidade e eu não vou aceitar que os estudantes sejam silenciados por dois sindicatos. É somente isso." A conselheira Mabelly Vargas Pacifico se manifestou, conforme segue: "Boa noite a todos os conselheiros que estão aqui presente. Eu quero dizer que enquanto representante estudantil nomeada pela minha categoria, eu deixo declarado meu voto a professora Úrsula e ao professor Eraldo e dizer que é lamentável, vergonhoso que o pessoal da junta e da COE, docentes e técnicos, se posicionaram e adotaram um posicionamento em um discurso que deslegitima o processo democrático. Para a consulta da reitoria da UFPel. E acho que é deixar bem claro que isso vai contra o nosso discurso de querer eleger uma reitoria que seja democrática. Coisas que eles não vão ser. Se eles fossem eleitos, muito obrigado." O conselheiro Gilson Moura Henrique Junior se manifestou, conforme segue: "Oi. Primeiro, como conselheiro eleito pelos meus pares, eu gostaria de declarar meu voto na professora Úrsula no professor Eraldo. Queria deixar claro que mesmo com o mandado de segurança ao lado que nunca respeitou processos, estudantes continuam perdendo. É, não há diferença de votos que condiciona a legitimidade de um processo. Se fosse isso, qualquer derrotado judicializaria e diria que o voto não vale no valor. Lula não estaria eleito hoje nesse sentido, porque o discurso é parecido. Porque o que condiciona a legitimidade do processo é o respeito a ele e a forma como nós combatemos desde o início. Porque democracia é um esporte de combate, assim como a história. E a gente não pode esquecer onde a gente está e o contexto de todo o processo que nos trouxe até aqui. O que condiciona a respeito ao processo, é entender que todo mundo tem que fazer parte dela. Quem começa excluindo os estudantes termina excluindo o estudante. É sintomático isso. A gente tem que assumir sempre como representante a voz de quem não tem voz, a voz de quem tem dificuldade para expor a sua voz, a voz de quem não tem um aparato sindical para sustentar um ataque sistemático ao corpo discente. E é por isso que eu tenho orgulho de estar aqui. É a primeira vez que eu sou conselheiro universitário. Eu sou conselheiro porque meus pares acharam que eu deveria ser, eu tenho orgulho dessa representação e vou lutar por ela até o final. Porque essa luta, essa Juventude, são os estudantes dessa, dessa universidade, que trouxeram o processo até o final, a partir da perspectiva da democracia. E não é pouca coisa. É uma perspectiva na democracia que pela primeira vez que eu tenho conhecimento, uniu forças opostas, o próprio movimento estudantil, que sempre se digladiaram e aqui neste processo, se uniram para defender a democracia. Um jogo reitoria eleita é reitoria nomeada é antigo porque como historiador eu faço meu trabalho de casa, ele vem lá de trás de nossos 88 para a defesa contra exatamente esse processo de tentativa de tirar a legitimidade da comunidade para escolher o seu reitor, e antes ele era abraçado por toda a comunidade. Então, de lá para cá, essa comunidade por parte do sindicato, foi traída. Assim como se trai a democracia, se trai a unidade da comunidade UFPel, a destruição do processo, tentando fazer com que o processo servisse a uma chapa específica, então transformado, sazonal, o que ocorre, dizem, quando na história, como algo que abolisse todo o sistema democrático interno da UFPel. A defesa dos estudantes garantiu esse processo para além desse olhar politicamente autoritário e burro. Utilização de pautas de opressão como forma de ataque individual e coletivo aos estudantes. Pontuar que racismo só existe quando é contra um deles? Ignorar o respeito à vítima no caso de racismo, são vários os casos, são fotos nossas expostas em rede social como criminosos. E aí depois, claro, aí vem todo o processo de extorsão e de inversão de valores, que é feito em falas, é feito em postagem na rede social. O que a gente fez até aqui é algo que esgotou cada estudante dessa universidade. Mas a gente fez isso tudo para não repetir o que é infame na história. Porque repetiu o que é infame na história consegue ser pior do que o autor original. Tentar pela terceira vez um golpe nessa universidade é imoral. É uma destruição da própria. É tão míope que irrita, é destruição do próprio aparato sindical que se

utiliza para fazer esse golpe. O efeito desse processo para frente é muito mais do que o que certas falas colocam. Nós estamos colocando a própria universidade em risco. Estão colocando a própria universidade em risco, tentando destruir o processo democrático interno. E nós estamos tentando defender esse processo. Somos nós, principalmente os estudantes, que somos alvo desse discurso, do discurso real de ódio e alvo desse ataque sistemático e assédio moral. E somos nós que continuamos, até agora, até o final, com mandado de segurança ou sem mandado de segurança, em pé na luta. Da democracia porque a reitora eleita é reitora nomeada e vai ser nomeada." A conselheira Hellena Storch Vieira se manifestou, conforme segue: "Eu queria declarar meu voto na professora Ursula e no professor Eraldo, voto que eu tenho legitimidade para votar aqui dentro, porque eu fui eleita pela minha categoria. E também voto que representa a escolha da minha categoria, né? Que nas urnas, tanto online, quanto física, escolheu a professora Ursula e no professor Eraldo, para gerir essa universidade nos próximos 4 anos. Não vou repetir as falas dos colegas, nem também ficar lavando os ataques que um outro grupo despende contra nós, porque tudo isso já foi amplamente debatido e os colegas também já explicaram a maior parte dos problemas aqui. Eu só venho reforçar que a gente não admite a tentativa deslegitimação da nossa representação e os ataques que foram preferidos aos nossos coletivos de Juventude, né? Todos nós que estamos aqui fazemos parte de coletivos, como é de nosso direito nos organizarmos politicamente, estamos aqui defendendo o interesse da categoria estudantil e quando dizem, né, que os estudantes tinham sido comprados por uma das chapas é extremamente mentiroso, porque o meu próprio coletivo não era apoiadora da chapa Multi, o meu coletivo, inclusive, quando eu fui DCE ocupou a sala da da Isabela, se ela bem lembra? E a gente demandou muitas coisas para atual gestão, que no fim foi entendido, e se a gente hoje defende a chapa multi é porque a gente entende que o problema que uma possível gestão do grupo político que tinha a chance de entrar na reitoria seria um desastre para a categoria estudantil. A gente defendeu a nossa categoria até o fim por saber, por conhecer a história da UFPel, conhecer os agentes da UFPel e entender que o melhor para nossa categoria seria isso. Eu só tenho a dizer que o resultado dessa eleição, é um Resultado que reflete os ataques que a gente sofreu, as tentativas, né, de nos chamarem de antidemocráticos só por tentarmos ter uma entrar na junta eleitoral, coisa que nos foi desprovida, né, no início do processo. A gente, aqueles, né, que tentaram derrubar uma urna com quase 8 mil votos de estudantes, é que tentaram a todo custo deslegitimar a nossa categoria e diminuir a nossa categoria. E por quanto os coletivos que aqui estão estiverem presentes na universidade UFPel a gente vai defender os interesses dos estudantes, até o fim, obrigada." O conselheiro Paulo Guilherme Caufumann Rovel se manifestou, conforme segue: "Boa noite, conselheiros. Eu queria começar parabenizando a professora Úrsula e o professor Eraldo, por terem vencido nessa eleição, irem encabeçando a lista tríplice. Eu queria começar a minha fala também falando da questão dos programas das chapas, que poderia ter sido muito mais amplamente discutido com os estudantes, né? Teria evitado menos confusão, já que parece que o sentimento de confusão foi generalizado entre os estudantes, né? Durante esse período, tanto que muita muitos estudantes às vezes declararam voto na oposição e depois migravam o voto para a gestão, o que é plenamente normal dentro do jogo democrático. Eu queria dizer também que parte das dores que a gente teve nesse processo foi pela falta do DCE e também de uma eleição paritária, e também o fim da da lista tríplice, porque é uma herança da ditadura, né? E a gente não pode esquecer, inclusive, que uma das primeiras ações da ditadura aqui na nossa universidade foi o cerco deste mesmo Campus. Então a gente não pode seguir respeitando uma herança desse período tão sombrio da nossa história. Também é uma pena que vários conselheiros daqui não tenham respeitado o resultado da consulta, porque a consulta teve um resultado de

maioria para a chapa Multi e é um movimento golpista de chegar aqui e querer votar numa numa chapa que perdeu e que inclusive não devia ter nem se inscrito para estar participando aqui dessa eleição. E eu votei na professora Úrsula, no professor Eraldo, e faria um apelo para que no futuro fosse composto a lista apenas com uma chapa vencedora, mas isso também depende de que os perdedores não se inscrevam e aceitem a escolha da comunidade universitária, obrigado." O conselheiro Alexandre Fernandes Gastal se manifestou, conforme segue: "Senhora presidente, eu havia solicitado a palavra no início das inscrições, pois sentia a necessidade de comentar um pouco sobre como essa eleição foi conduzida. Fiquei chateado que vários colegas tenham saído, pois pretendia, de início, expressar que concordo com várias das manifestações feitas por colegas que respeito, e até mesmo por um dos candidatos, no sentido de que a condução dessa eleição nos diminuiu. Saímos com uma imagem ruim, especialmente interna, e o mais preocupante é a imagem que a sociedade teve de nós durante esse período. Como o professor Fábio disse na tribuna, "a condução da eleição nos desviou da possibilidade de realizar um debate pragmático". Concordo com suas palavras. O professor Álvaro Hypólito também mencionou que a condução da eleição nos apequenou, e concordo com isso. Pedi a palavra principalmente para dizer que, na minha opinião, há um grande responsável por isso: a condução dessa eleição, desde o início, que não tem justificativa. É algo que deve nos envergonhar e nos levar a fazer uma reflexão sobre como permitimos que tais coisas aconteçam em um processo democrático de escolha de um reitor ou reitora de uma universidade federal. Sem me alongar, quero recuperar algo que já foi mencionado, especialmente após a apuração. Todos esperavam, como sempre aconteceu, que a comissão eleitoral anunciasse o vencedor, e já assisti a esse momento em várias outras eleições - um momento bonito, seja quando há uma grande diferença de votos, seja quando a margem é estreita, como foi o caso agora. No entanto, esse momento foi negado com o surpreendente argumento de "empate técnico" em uma eleição com dois candidatos, onde os votos só contavam para esses dois. O argumento era claro: com dois candidatos e uma votação ponderada, como bem disse o Hugo, não se poderia alagar um empate. A eleição terminou com 50,0026% dos votos, mais do que os 50% exigidos pelo edital. Foi então alegado que, por regra, só se pode considerar duas casas decimais, resultando em 50,00% para um lado e 49,77% para o outro. E foi dito: "Está tão perto de 50% que deve ser arredondado para 50%". Arredondar significa tirar um voto de uma pilha e colocar na outra, o que não faz sentido em uma eleição. O argumento foi apresentado como natural, mas em uma eleição de segundo turno com dois candidatos, isso simplesmente não é justificável. Depois, surgiu outro argumento, anunciado nas escadarias da faculdade de direito, sugerindo uma "grande fraude". Alegou-se que 1.069 estudantes da universidade tiveram seu direito de voto negado devido à emissão de duas listas diferentes no mesmo dia: urna presencial, com todos os alunos matriculados até a data, e outra para o voto eletrônico, contendo apenas aqueles com cadastro e senha no sistema eletrônico. Isso ocorreu porque estávamos em meio à troca de semestres, e muitos alunos ainda não haviam se cadastrado no sistema. Todos sabiam que isso era razoável. Entretanto, o argumento foi utilizado com grande pompa, sugerindo uma fraude, e todos que o usaram sabiam que isso era apenas uma retórica. Logo depois, veio o anúncio de que deveria haver uma auditoria externa. Foi sugerido que houvesse um "terceiro turno", mas apenas para os estudantes, onde o resultado foi desfavorável. Peço desculpas pela analogia, mas seria como se o Bolsonaro solicitasse um terceiro turno apenas no Nordeste, onde teve menos votos. Para concluir, quero dizer que esse rodízio de argumentos - cada um com curta duração - foi uma tentativa de legitimar a continuação da chapa derrotada na consulta informal. A eleição foi decidida por um voto, e isso é significativo. Cada pessoa se sente responsável pela vitória ou derrota da chapa. Foi

uma eleição apertada, e cada voto fez a diferença. Quero também registrar que o terceiro turno, que o professor Álvaro solicitou, não faz sentido. Quem optou por uma eleição indireta foi a chapa derrotada, contrariando a tradição democrática da universidade. Por fim, gostaria de cumprimentar o movimento estudantil, especialmente na pessoa do Hugo, pela sua atuação e desempenho na condução do movimento. Obrigado." A Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Rosane Maria dos Santos Brandão, se manifestou, conforme segue: "Vou tentar ser rápida para que possamos alcançar os pontos principais. Primeiro, quero parabenizar os estudantes. Vocês me escutam bem agora? Quero parabenizar os estudantes, especialmente, e posso dizer isso com a certeza de quem também participou do movimento estudantil. Gostaria de comentar também sobre a fala do professor Álvaro, que mencionou a época dele, mas não é sobre a época dele que estamos falando, e sim sobre a nossa. O professor Álvaro, se não me engano, era da VALU, e eu era da Resistência. Se eu me lembro bem, era isso. Quero dizer a vocês que, se eu estivesse no movimento estudantil hoje, teria feito exatamente o que vocês fizeram agora. Principalmente, quero destacar que a luta de vocês não é apenas pelo voto paritário, mas sim pelo voto universal. Vocês mobilizaram quase 8 mil votos, se não foram 8 mil, algo muito próximo disso. Essa foi uma das maiores votações que essa universidade já teve, e acredito que isso é um marco. Também gostaria de falar sobre a chapa Multi e parabenizar a chapa eleita. Vocês têm toda a legitimidade, não apenas por terem vencido a eleição, mas porque ganharam apesar de todas as trapalhadas. E não sou eu que estou dizendo isso, são as próprias pessoas da junta que mencionaram essas trapalhadas. Vocês venceram apesar da COE e da junta, que não possibilitaram que todos os servidores exercessem seu direito de voto plenamente. Mesmo assim, vocês foram eleitos pela comunidade, com ampla maioria, especialmente entre os estudantes. Além disso, foram referendados pelo CONSUN, que validou essa escolha da comunidade. Nessa reunião, vemos que o discurso intimidador ainda persiste, com um processo que, para alguns, parece não ter sido conclusivo. No entanto, nós observamos aqui que o processo foi, sim, conclusivo. Se não fosse, teríamos visto sete votos nulos. Então, como é que as pessoas que representam uma categoria saberiam em quem votar se o processo não tivesse sido conclusivo? É claro que o processo se concluiu, e a chapa Multi ganhou, mesmo com todas as trapalhadas. Quero também reforçar que a eleição acabou. Acabou. Todos devemos nos acalmar agora, especialmente a partir da nomeação da professora Úrsula. Cabe, sim, a qualquer pessoa deste conselho ou da comunidade solicitar abertura ao diálogo, mas é importante entendermos que a oposição também tem responsabilidade nesse diálogo. Não se pode simplesmente lavar as mãos e jogar a responsabilidade apenas para o lado vencedor. A chapa que venceu o pleito, legitimamente, volto a dizer, mesmo com a vitória apertada, tem legitimidade. E garanto a vocês que, se esse processo tivesse sido discutido de maneira mais ampla na comunidade, o resultado teria sido ainda mais expressivo. Portanto, parabenizo vocês novamente e reafirmo que têm toda a legitimidade para isso. Com a nomeação da professora Úrsula, inicia-se uma nova gestão na universidade, uma gestão escolhida pela comunidade universitária. Parabéns para vocês. Obrigada." A Senhora presidente informou que estavam encerradas as inscrições e agradeceu as manifestações e a presença de todas as pessoas, desejando uma excelente noite. A Senhora presidente também parabenizou a Professora Ursula, a reitora eleita, e o Professor Eraldo, o vice-reitor eleito, e a todas as pessoas que haviam se dedicado, naquele dia, para aquele trabalho. A Senhora presidente encerrou a reunião às dezenove horas e trinta e nove minutos e eu, Priscila Mastrantonio Neves, representante da Secretaria dos Conselhos Superiores, assinei e lavrei a presente ata que será igualmente assinada pela Senhora presidente.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA FERNANDES ANDRADE, Reitora**, em 06/12/2024, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA MASTRANTONIO NEVES, Assistente em Administração**, em 06/12/2024, às 21:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2875046** e o código CRC **34848036**.

Referência: Processo nº 23110.030746/2024-81

SEI nº 2875046